

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO

NILDO DANIEL DA COSTA

**TERAPIA COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO EDUCATIVA SÓCIO-COMUNITÁRIA**

AMERICANA - SP

2011

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO

NILDO DANIEL DA COSTA

**TERAPIA COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO EDUCATIVA SÓCIO-COMUNITÁRIA**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação
à comissão julgadora do Centro Universitário
Salesiano de São Paulo, sob a orientação da
Profª Drª Sueli Maria Pessagno Caro

AMERICANA - SP

2011

Costa, Nildo Daniel da
C874t Terapia comunitária: uma proposta de intervenção educativa
sócio-comunitária / Nildo Daniel da Costa. – Americana: Centro
Universitário Salesiano de São Paulo, 2011.
90 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sueli Maria Pessagno Caro.
Inclui bibliografia.

1. Educação sócio-comunitária. 2. Educação social.
3.Terapia comunitária I. Título.

CDD – 370.193

Folha de aprovação

Autor: Nildo Daniel da Costa

Título: Terapia Comunitária: uma proposta de intervenção educativa sócio-comunitária

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação à comissão julgadora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, sob a orientação da Profª Drª Sueli Maria Pessagno Caro

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em 20/04/2011 pela comissão julgadora:

Profª. Drª. Sueli Maria Pessagno Caro
UNISAL – Centro Universitário Salesiano

Profª. Drª. Lucia Helena de Andrade Gomes
UNIANCHIETA – Centro Universitário Padre Anchieta

Prof. Dr. João Carlos Caselli Messias
UNISAL – Centro Universitário Salesiano

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dr^a. Sueli Maria Pessagno Caro que, com dedicação e generosidade, orientou e estimulou a construção desse trabalho, mostrando que com afeto, seriedade e ética, podemos ir muito longe, porém, sem nunca perder a ternura.

Ao meu companheiro José, que acompanhou-me, nessa e em outras trajetórias, sempre pronto para apoiar nas dificuldades e aplaudir nos acertos. Um parceiro imprescindível na vida e que tem ajudado-me a crescer enquanto ser humano.

À minha família, onde aprendi os primeiros passos e também vivenciei o núcleo dos meus primeiros aprendizados, construindo valores e uma base sólida para adentrar na escola da vida.

Aos meus mestres, alunos, amigos e todas as pessoas que encontrei pelo caminho: próximas, distantes ou que já partiram. Todos elas acreditaram e apoiaram-me material e emocionalmente, desejando-me sempre o bem. Sem elas não seria possível ser quem eu sou hoje.

A Deus-pai-mãe-natureza-luz que nos proporciona o maior dos aprendizados, que é o de desvendar-se, todos os dias, trilhando a difícil, mas prazerosa jornada nessa superfície terrestre. Agradeço pela oportunidade de conhecer pessoas, possibilidades de existir, ultrapassar fronteiras e acima de tudo, por instigar-me a buscar respostas para novas e velhas coisas, aprendendo, todos os dias nessa aventura chamada vida.

Enfim, Sou grato por todas as oportunidades que foram-me apresentadas nas grandes escolas que tive, ressaltando a primeira de todas, localizada no pequeno lugarejo do Palmital dos Costas, em Monte Belo – MG. As lições estão registradas em forma de prosa, poesia música, e outros tantos sentimentos vividos de forma intensa em cada instante.

Agradeço ainda pela minha memória onde, todos os dias, encontro as referências de quem sou, minhas raízes caipiras, o cheiro de fumaça de fogão de lenha, a rapadura de engenho e tantas outras lembranças. São acontecimentos arquivados na gaveta do tempo, onde, ainda que na forma de reminiscência, ouve-se a cantiga de um carro de boi...

Gratidão... Sempre.

DEDICATÓRIA

À minha mãe (*in memoriam*), que na sua simplicidade, tantas lições ensinou-me, principalmente por meio do exemplo. Acredito que uma grande árvore, só consegue manter-se de pé, a partir da estrutura de suas raízes.

Na memória, estão vivas as lembranças ternas da mulher que originou, educou, formou e transformou a minha vida em magia, em oração e em poesia.

Oração à chuva “braba”

Nuvens negras, lentas,

Se revoando.

Fúria silenciosa que se forma

Do lado que vem.

Escuridão acinzentada se levanta.

É hora de acalmar a MÃE.

A brasa espalha a fumaça,

Queimando a palha seca da semana santa.

A fumaça se esvai com o vento.

Ainda há poesia no medo?

A mãe de braços abertos,

Qual espantalho ameaçador,

Humilde contraste,

Reza baixinho,

Palavras não ouvidas.

Momento sagrado,

Sagrada mulher.

*A fumaça se apaga.
Some a brasa.
A chuva vem.
Vem o raio impiedoso no galho.*

*Tomara Deus proteja os indefesos meninos
Que ainda se escondem debaixo da saia,
Pois precisam de proteção.*

*Depois da violenta força,
A MÃE acalma,
Acariciando o rosto
Com uma suave brisa.*

*Agora podemos ficar em paz.
Enfim adormecemos,
Sob as cobertas de lã,
Tecidas pelas mãos mágicas,
Ouvindo a goteira na bacia
Ou o barulho da lata.*

Lá fora...

(Nildo Costa)

“Teça, teça aranha, teça, teça, a sua teia, as mais velhas no ar e as novas em baixo” (canto indígena).

“É a teia que nutre a aranha, que permite se deslocar, trabalhar e viver. Destruí-la é eliminar todas as possibilidades de autonomia e de vida. A aranha sem teia é como o índio sem a terra, uma comunidade sem solidariedade”.

(Adalberto Barreto & Jean Pierre Boyer)

RESUMO

A Terapia Comunitária está fundamentada em vários pilares teóricos como a teoria da comunicação, a resiliência, o pensamento sistêmico, a pedagogia de Paulo Freire e a antropologia cultural, os quais consolidam a sua prática. Criada e propagada pelo psiquiatra e antropólogo Adalberto Pereira Barreto em 1987, essa intervenção, além de proporcionar a formação de redes solidárias e a dimensão terapêutica do próprio grupo, ela mobiliza recursos e competências, possibilitando a troca de experiências entre os participantes. Partindo desta perspectiva, este trabalho propôs-se a analisar a Terapia Comunitária a partir do enfoque da Educação Sócio-comunitária, procurando encontrar as convergências que a fundamentem como uma prática educativa. Trata-se de um estudo bibliográfico, onde foram pesquisados obras e trabalhos publicados, bem como outras referências que possam auxiliar na compreensão do tema. Neste estudo, o conceito de terapia é utilizado no sentido de acolhimento e da afetividade, uma vez que esse é um dos caminhos apontados nesse trabalho, como facilitadores do crescimento humano. A Terapia Comunitária pode ser compreendida como uma possibilidade de intervenção dentro da práxis educativa sócio-comunitária, uma vez que valoriza o saber legitimado pela comunidade, promovendo um diálogo entre os saberes ancestrais e os atuais como uma possível e eficaz forma de aprendizado. Além disso, auxilia na resolução de problemas, fortalece os vínculos, a identidade cultural e promove a cidadania, à medida que consegue suscitar nas pessoas a conscientização do seu papel social e o sentido de responsabilidade como autor da sua própria história.

Palavras-chave: Educação sócio-comunitária, Terapia Comunitária, Educação social.

ABSTRACT

The Community Therapy is based on several pillars theorists such as communication theory, resilience, systems thinking, the pedagogy from Paulo Freire and cultural anthropology, which strengthen his practice. Created and propagated by the psychiatrist and anthropologist Adalberto Pereira Barreto in 1987, this practice, besides providing for the formation of solidarity networks and the therapeutic dimension of the group itself, it mobilizes resources and expertise, enabling the exchange of experiences among participants. From this perspective, this paper seeks to examine the Community Therapy from the viewpoint of the Social and Community Education, seeking to substantiate that the convergence as an educational practice. It is a bibliographical study, which were researched and published works as well as other references that may help understanding the subject. In this study, the concept of therapy is used in the sense of acceptance and affection, this is one of the pathways that this work as facilitators of human growth. The Community Therapy can be understood as a means of intervening in the educational practice of socio-community, since values know legitimized by the community, promoting a dialogue between the ancestral and current as possible and an effective way of learning. In addition, it assists in solving problems, strengthen ties, cultural identity and promotes citizenship, as the people can raise awareness in their social role and sense of responsibility as author of their own history.

Keywords: Education Socio-Community, Community Therapy, Social education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A TERAPIA COMUNITÁRIA	16
1. O índio que vive em nós: O idealizador da Terapia Comunitária	16
2. A Terapia Comunitária na prática	22
2.1. Acolhimento.....	24
2.2. Escolha do tema	25
2.3. Contextualização	26
2.4. Problematização	27
2.5. Encerramento: Rituais de agregação e conotação positiva	28
2.6. Avaliação da sessão.	29
3. Embasamento teórico da Terapia Comunitária	29
3.1. Pensamento Sistêmico	30
3.2. Teoria da Comunicação.....	34
3.4. Pedagogia de Paulo Freire	38
3.5. Antropologia Cultural.....	45
3.6. Resiliência	48
4. O jogo e a música na Terapia Comunitária.....	52
5. Situação da Terapia Comunitária na atualidade.....	54
CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA	57
1. Educação Social	57
2. Educação Sócio-comunitária.....	61
CAPÍTULO III: TERAPIA COMUNITÁRIA COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Tudo carece de significados tangíveis que numa circularidade infinita, pedem o nexo de sintaxes gramaticais, para que possa ser absorvida pelos sentidos. O mundo, às vezes pede explicações não de idéias novas, mas da compreensão das velhas coisas, agora coloridas apenas com alguns contrastes e novas matizes...

(Nildo Costa)

O que nos impulsiona na construção desse trabalho, além das motivações pessoais é a possibilidade de socializar o conhecimento, transformando o jogo das palavras em algo vivo, a partir do momento que alguém se propuser a percorrer suas páginas. Em virtude da delimitação de tempo, espaço e regras estabelecidas, tivemos que realizar opções, escolher caminhos e muitas vezes utilizar de recortes, sabendo que o conhecimento é ilimitado e que crescer, pessoal e profissionalmente, é um processo que ocorre por toda a vida.

Ao colocarmos o foco sobre a educação, a primeira imagem que, possivelmente nos vêm à mente, é a de um professor em um contexto escolar tradicional, onde há a figura do detentor do conhecimento e de outro lado, o aluno, depositário deste saber. Entre estes dois personagens, na maioria das vezes, há um acordo onde, este último, após terminar a lição deve dar respostas adequadas e esperadas em consonância com o modelo recebido.

Segundo Freire (2005), o ensino, tal como ainda nos é apresentado, obedece a uma ideologia da opressão, onde os que se julgam sábios, conduzem a aprendizagem daqueles que julgam nada saber. Nessa perspectiva, o indivíduo

é colocado em uma posição onde passa a ser um consumidor de verdades muitas vezes descontextualizadas, não sendo-lhe permitido exercer o papel de autor da sua história. Conseqüentemente, a rigidez desse posicionamento, nega a educação e o conhecimento como processo de busca da liberdade humanizadora.

Adotando o modelo hegemonicamente determinado pelo poder dominante, seja ele representado pelo Estado ou por corporações, o conhecimento é apresentado por meio de retalhos, muitas vezes, desconectados da realidade do educando. Nesta perspectiva de ensino não há criatividade pois, faz-se necessário, ajustar os indivíduos às tendências do “*mercado*”, tirando-lhes a condição de sujeitos, para que esses tornem-se adaptados e ajustados ao mundo e à realidade que os cercam (FREIRE, 2005).

Freire (2005) alerta-nos, no sentido de repensar a nossa postura frente ao educando que perde a condição de sujeito da sua história, tornando-se usuário da educação numa concepção bancária. Nessa posição, o educando não consegue desvelar o mundo que o cerca e ainda é obrigado a negar a sua curiosidade frente ao mundo para mais um mero reprodutor passivo de uma realidade já criada e inconciliável com a vocação humana de humanizar-se.

Em contraposição a essa realidade, faz-se necessário que nós, enquanto educadores, conscientes do nosso papel, busquemos além da conscientização necessária, propor novos modelos, possibilitando múltiplos olhares sobre a realidade social, da qual fazemos parte. Se nos acomodarmos em manter um

único caminho, sem permitir a existência de outras possibilidades, corremos o risco de tornar pobre a visão do que é ser humano e, conseqüentemente, a dimensão do nosso papel enquanto educadores.

Nesse trabalho, propusemo-nos a caminhar no campo da educação que olha para o ser humano de forma diferenciada, aceitando o desafio de construir-se muitas vezes por meio da prática. Deparamo-nos com a possibilidade de complementar ou mesmo de romper com os conceitos previamente impostos e criar um caminho, onde é necessário aprender os passos, ao mesmo tempo em que se realiza a caminhada.

Ao lançarmos o foco de forma mais atenta para a Educação sócio-comunitária como um objeto de estudo, é impossível não observar, que, muitas vezes, deixamo-nos levar por idéias românticas encantando-se com argumentos que, muitas vezes, podem parecer utopia. Mas, retomando a fala de Paulo Freire nos impulsionamos, apesar das dificuldades:

Quando falo da ética universal do ser humano, estou falando da ética enquanto marca da natureza humana, enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que, infiéis ao meu pensamento, me apontarão como ingênuo e idealista (FREIRE, 1996, p. 18).

Optamos por seguir o rumo da esperança, vislumbrando uma sociedade mais ética e mais humana, levando-se em conta a busca da realização pessoal e grupal, sem perder de vista o sentido do ser, cada vez mais deixado de lado pela exaltação da experiência do ter.

Pretendemos discutir este trabalho, considerando-se que o ser humano é capaz de promover mudanças em si mesmo e no mundo, intervindo de forma responsável, entendendo o seu posicionamento como autor de sua história. Temos consciência de que sofremos a influência de determinantes genéticos, biológicos, culturais e sociais. Porém, essa é apenas uma parte do que somos. Podemos sair do conformismo deixando de aceitar passivamente o nosso destino, evitando sermos *domesticados* por essa realidade tida como certa e que nada podemos fazer para mudá-la.

Na possibilidade de contribuir para a construção do conhecimento, optamos pela discussão de uma proposta de intervenção dentro da práxis educativa sócio-comunitária que, além de articular e legitimar as diversas formas de saber, também pode promover o desenvolvimento e transformações significativas nos envolvidos, tanto no plano individual quanto no coletivo.

No *primeiro capítulo* procuramos dar enfoque na teoria e na metodologia da Terapia Comunitária como intervenção grupal. Como trata-se de algo relativamente recente e inovador, optamos destacar em primeiro plano a figura do seu idealizador e principal divulgador, o psiquiatra Adalberto Pereira Barreto. Como em outras teorias já consolidadas, os princípios que norteiam a sua prática estão intrinsicamente ligados com a história de vida do seu criador. Para que o leitor possa entender como ocorre a prática, procuramos descrever de forma mais detalhada possível, as etapas que ocorrem em todos os encontros, bem como os pilares teóricos que a sustentam.

No *segundo capítulo*, procuramos resgatar um dos princípios básicos constitucionais de que a educação, além de ser um direito de todos, deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa. Buscamos o entendimento do conceito de Educação Sócio-comunitária, perpassando pelo conceito de educação social, reiterando os diversos posicionamentos teóricos que buscam consolidar esse campo de estudo ora ressaltando sua práxis, outras vezes reafirmando suas delimitações epistemológicas.

No *terceiro capítulo*, realizamos uma reflexão acerca da Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa, denominada neste trabalho somente por Terapia Comunitária, como uma possibilidade de intervenção no âmbito da Educação Sócio-comunitária. Desse modo, propusemo-nos a olhar minuciosamente por meio das tessituras, nas linhas e entrelinhas, as possíveis convergências, buscando dar a nossa contribuição enquanto membro desta imensa seara, que é a educação.

Ao discutir os construtos teóricos que sustentam a Terapia Comunitária, buscamos fundamentar o eixo da investigação, levando-se em conta a dimensão do educar para a vida. Esse caminho exige uma atitude reflexiva do educador, pois este deve pautar-se na fundamentação do seu trabalho com uma metodologia adequada para atender a demanda em diferentes contextos sociais. De qualquer forma, é indiscutível a afirmação de que o diálogo com o outro, é um caminho viável para o aprendizado tanto para quem aprende, quanto para quem ensina.

CAPITULO I

A TERAPIA COMUNITÁRIA

Toda verdade sobre o homem não pode vir, senão de um diálogo sério e respeitoso da diversidade dos elementos que o constituem.”

(Adalberto Barreto).

1. O índio que vive em nós: O idealizador da Terapia Comunitária

Ao considerarmos o delineamento teórico de um autor, especificamente na área educacional, devemos levar em conta que os dilemas pessoais e políticos enfrentados pelo mesmo, estão intrinsecamente ligados na construção de seu pensamento. Desse modo, as suas escolhas em aprofundar os seus posicionamentos, parte da discussão da realidade educacional instaurada, evoluindo da linguagem crítica para uma pedagogia da esperança e práxis. (TORRES, 2000).

Desse modo, procuramos realizar alguns apontamentos sobre a biografia do criador da Terapia Comunitária para que possamos entender o trajeto em que o mesmo percorreu para aprofundar os conhecimentos acadêmicos sem deixar de lado a condição humana, envolvida no processo de conhecer o mundo. Ao comentar os desdobramentos da sua história de vida e da trajetória como médico, antropólogo, pesquisador e educador, é impossível não ressaltar que as relações estabelecidas com as pessoas com as quais conviveu e trabalhou, contribuíram profundamente para a formação do autor como ser humano e também influenciaram o seu posicionamento profissional.

Adalberto de Paula Barreto nasceu no Canindé, no estado do Ceará, cidade, onde a religiosidade se faz presente a cada dia com as romarias e peregrinos trazendo a sua fé e tradições populares que enriquecem a cultura local. Sua infância foi marcada pelas crenças e também pelo saber de um povo que procura manter a sua cultura local. De uma forma muito rica, faz o resgate da sua história na obra “O índio que vive em mim: o itinerário de um psiquiatra brasileiro”, onde busca resgatar sua própria história, que se mistura a tantas outras como uma grande teia. O autor, valorizando a sua origem, mostra que, além da sua formação universitária, houve outros tantos mestres na sua vida aos quais credita os mais importantes aprendizados.

Barreto graduou-se em medicina pela Universidade Federal do Ceará, onde tomou contato com os paradigmas da ciência. Apesar de sentir-se tentado pelas descobertas realizadas no mundo acadêmico, Barreto (2008) observava na sua crítica, o quanto esse conhecimento, muitas vezes, tem um caráter excludente e que, por meio da sua afirmação como verdade, rejeita todas as demais explicações para os acontecimentos da vida. Com um olhar crítico, o autor valoriza o saber popular, incluindo o aspecto místico-religioso. Porém, reconhece que, se este saber, for considerado como verdade absoluta da vida, também pode ser excludente, pois leva o indivíduo a aprisionar-se aos mitos.

Continuando sua formação acadêmica em Roma, Barreto cursou teologia na Pontifícia Universidade de Sto. Thomaz de Aquino in Urbis – 1976. Em 1982, obteve o título de Doutor em Psiquiatria pela Universidade René Descartes – Paris e em 1985, obteve o título de Doutor em Antropologia pela Escola de

Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris – Universidade de Lyon II, também na França. Como professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, desenvolveu pesquisas sobre medicina popular e seus sistemas de crenças, propondo um sistema de cooperação entre a assistência médica e os curandeiros, conscientizando estes a cooperar para diminuir os casos de desidratação. É importante salientar que, em nenhum momento, houve a intenção de negar a identidade do curandeiro como agente educador da comunidade.

Com a disciplina Antropologia da Saúde, busca ampliar a visão sobre os aspectos culturais da doença-saúde desenvolvendo em 1983, um programa de pesquisa e educação comunitária junto aos romeiros de Canindé, procurando promover o diálogo entre universitários e peregrinos. Posteriormente, em 1987, Adalberto Barreto foi convidado pelo seu irmão, advogado, a atender com seus alunos, a população de Pirambu, uma das maiores favelas de Fortaleza. Iniciou com atendimentos individuais no próprio Hospital Universitário da Faculdade de Medicina, mas percebeu, com o aumento da demanda, que esse modelo de assistência não conseguiria atingir os objetivos. Barreto e seus alunos mudaram o atendimento para o próprio ambiente, percebeu que teria de utilizar outro tipo de abordagem, se quisesse ajudar efetivamente aquela população.

Adalberto Barreto, ao analisar as variadas formas de saber, olha, sobretudo, com afeto para o sertanejo e se pergunta: “*Se lhe subtrairmos as crenças e os valores culturais o que lhe sobra? Onde encontrará a sua identidade?*”
Acreditamos que o desafio de conseguir coabitar nos dois universos, foi o que

motivou o caminho do autor a buscar as respostas, levando-o a concluir que “toda verdade sobre o homem não pode vir, senão de um diálogo sério e respeitoso da diversidade dos elementos que o constituem.” (BARRETO, 2008 p.19).

Na sua atuação, o médico entendeu que a lógica de consultas com a intenção de medicar não responderia às necessidades daquelas pessoas nem qualitativa quanto quantitativamente. Concluiu, então, que a criação e o fortalecimento de uma rede social era prioridade naquele grupo, já que a maioria deles eram imigrantes que deixaram suas comunidades de origem, geralmente no interior do país, e se agregaram desordenadamente nas periferias das grandes cidades em condições de miséria e sem apoio do estado (BARRETO, 2008).

Como professor e pesquisador, Barreto propõe a necessidade de construir um modelo de intervenção, onde seja promovida a autonomia das pessoas da comunidade, fazendo com que estas se apropriem e se beneficiem das informações técnico-científicas, conjugadas com as experiências de vida, sem, no entanto, perder o resgate da sabedoria dos antepassados indígenas e africanos, tão presentes na cultura popular. O desafio de conjugar os saberes, transformando-os numa abordagem eficiente e ampla, onde os membros da comunidade possam refletir sobre suas ações, acreditarem em si mesmos como agentes da mudança, mantendo, sobretudo a sua identidade como indivíduo.

Com o projeto quatro varas, na favela do Pirambu, em Fortaleza, no estado de Ceará, Barreto propõe a criação de um Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária o que posteriormente tornou-se a Terapia Comunitária Sistêmica Integrativa.

Em espaço livre, à sombra de um pé de cajueiro, reuniam-se pessoas que estavam vivendo uma situação de crise para falar das suas angústias, problemas e sonhos, dramas e necessidades.[...] Nossa ação procurava suscitar a capacidade terapêutica do próprio grupo ajudando o indivíduo a descobrir as implicações humanas e contextuais do quadro do sofrimento em que viviam. Dessa forma, nossa intervenção permitia a tomada de consciência do indivíduo em sofrimento psíquico, dentro do corpo social, estimulando a transformação de um e de outro, tratando a saúde coletiva e recuperando, com ações individuais, a saúde do corpo social. (BARRETO, 2007, p. 21).

Dentro desse modelo de intervenção, o autor propõe a discussão e criação de novos paradigmas: A percepção do homem em uma rede relacional, identificando o potencial de cada pessoa, além de fazer da prevenção uma tarefa a ser exercida por todos os participantes da comunidade. A partir desses temas traz novas reflexões sobre os desafios que esse contexto faz emergir, propondo:

1. Perceber o homem e seu sofrimento em rede relacional;
2. Romper com o modelo de "salvador da pátria, do técnico iluminado, que traz as soluções e reforça o sistema de independência;
3. Identificar não só a extensão da patologia mas, também o potencial daquele que sofre;
4. Fazer o grupo acreditar em si, na sua competência;
5. Resgatar o saber dos antepassados e a competência adquirida pela própria experiência de vida;
6. Ultrapassar o unitário para atingir o comunitário;
7. Fazer da prevenção uma preocupação constante e tarefa de todos. (BARRETO, 2007, p. 20 - 21).

Como bem destaca Barreto (2008), é a diversidade cultural que faz a grandeza de um país. A dinâmica coletiva que ocorre por meio dos encontros, promove uma pedagogia ativa, conjugando os saberes que cada um traz para a roda da Terapia, formando uma rede relacional, entremeando metáforas, músicas, poesias, histórias, heranças ancestrais indígenas ou africanas, juntamente com saberes atuais, re-significando a vida das pessoas que talvez, pela primeira vez na sua vida, tem a sua fala valorizada como algo genuinamente seu.

Eu aprendi que o essencial é invisível e que se deve viver com pés na terra, a cabeça nas estrelas e o olhar voltado para o infinito. Se o primeiro mundo vivia da verdade mítica onde o imaginário desempenhava um papel principal e reduzia a realidade material a uma espécie de miragem sem importância, o mundo científico privilegiava a realidade material, ignorando e até mesmo combatendo o imaginário, o irracional (BARRETO; BOYER, 2009, p. 66).

Barreto mostra-se sensível ao valorizar a cultura como um elemento importante na formação e valorização da identidade do ser humano. Como exemplo chave podemos citar o ocorrido com um cacique do município de Teruaba, quando o mesmo veio participar da Terapia, com a finalidade de encontrar a solução para o problema da sua tribo, dividida por conflitos internos e pelo risco de perder a própria terra. Barreto dirigiu-se até a tribo com a finalidade de oferecer ajuda e lá, pôde presenciar a dança típica do Torém, onde os índios enaltecem os animais, com os quais os antepassados conviveram. Um dos bichos representados pelo canto e pela dança foi a aranha cuja atividade é a construção da sua teia, que é responsável pela manutenção da sua sobrevivência, seja como morada, como seu transporte e também fonte de alimentação (BARRETO; BOYER, 2009).

Deste encontro, a comunidade dos Tremembés saiu beneficiada, pois conseguiu organizar-se enquanto cooperativa e a comunidade de Quatro Varas adotou a teia de aranha como símbolo do projeto com o mesmo nome. (BARRETO; BOYER, 2009). Dessa forma, valorizando a simbologia da teia, Barreto convida a todos para fortalecer os vínculos, formando uma grande teia de relações, onde todos saem ganhando. Além disso, desenvolvendo um olhar atento para as pequenas lições da vida, podemos reconhecer o valor dos pequenos detalhes para o aprendizado cotidiano.

Outro fator a ser observado é a formação circular para a ocorrência dos encontros entre as pessoas. Na roda da Terapia, não define-se hierarquia. Cada pessoa tem o destaque para contar os fatos da sua vida e refletir, buscando na sua história de vida, elementos integradores e essenciais da pessoa que se tornou. Nesse caminho, podemos ainda observar o valor do aprendizado diário, não devemos rejeitar nada, antes de ser examinado em profundidade.

2. A Terapia Comunitária na prática

A Terapia Comunitária propõe uma mudança de foco, fazendo com que a comunidade discuta os seus problemas e busque alternativas a partir da idéia da co-participação e co-responsabilidade. A promoção da autonomia vai ocorrendo, gradativamente, a partir do reconhecimento das competências e do potencial de cada um. Por meio do resgate dos vínculos solidários e construção de redes de apoio, busca-se a horizontalidade das relações de

modo que haja também a circulação das informações. Desse modo, cada um é considerado um parceiro na construção da coletividade.

Barreto (2008) pontua que a Terapia Comunitária, pode ocorrer em qualquer espaço comunitário como: postos de saúde, igreja, escolas, hospitais, sindicatos, espaços institucionais e, até mesmo na sombra de uma árvore. Após escolher o local, deve-se realizar uma ampla divulgação da data e horário do encontro, utilizando os meios de comunicação existentes na comunidade.

A mobilização da comunidade é muito importante, devendo ser feita a divulgação do trabalho para todos os interessados. Pode ser designada também uma equipe de apoio para ajudar a preparar o local, de modo que se torne agradável, funcional e acolhedor. Um outro aspecto que enriquece o trabalho é identificar e convidar uma equipe de animação que pode ser composta com pessoas que tocam instrumentos musicais, grupos musicais e folclóricos (BARRETO, 2008).

O desenvolvimento da Terapia Comunitária deve ser realizado por duas pessoas, sendo um, o terapeuta e o outro o co-terapeuta. Este último deve ajudar e apoiar o colega, jamais criando um clima de competição. Caso haja discordância, essa deve ser verbalizada na última etapa, que é o momento de avaliar a atividade do dia.

Uma vez definido o local e o horário, a Terapia Comunitária ocorre, em média em uma hora e trinta minutos, seguindo seis etapas que serão citadas, de

acordo com modelo preconizado por Barreto (2008) na obra intitulada “*Terapia Comunitária passo a passo*”. Por ser a primeira e importante obra de referência sobre o assunto, a utilizaremos para descrever o que ocorre durante a roda de Terapia.

2.1. Acolhimento

Esta etapa é realizada pelo co-terapeuta e tem por objetivo estabelecer um aquecimento inicial, contribuindo para criar um clima favorável, ambientar o grupo e deixar os participantes à vontade. O encontro pode ser iniciado com uma música conhecida, de preferência lúdica e alegre. O co-terapeuta é responsável por acolher, dar as boas vindas, perguntar quem é aniversariante do mês e convidar todos para cantar os parabéns (gesto de valorização e celebração pela vida da pessoa). Logo a seguir, dá as seguintes informações para o sucesso da terapia:

Estamos reunidos aqui para participarmos da nossa terapia comunitária. A terapia comunitária é um espaço onde a comunidade se reúne para falar de seus problemas, de suas dificuldades e de suas realizações. A comunidade tem problemas, mas também tem suas soluções, desde que nós nos reunamos para escutar uns aos outros. Cada um tem um saber, seja construído pela experiência de vida ou vindo dos antepassados. É disto que a terapia comunitária se constitui. A qualidade da sessão da terapia comunitária será proporcional à qualidade da escuta. Mas, para que a terapia possa acontecer, é necessário seguirmos algumas regras. (BARRETO, 2008, p. 65).

As regras são importantes, pois farão parte de todo o trabalho a ser realizado. O silêncio é a regra principal. Enquanto uma pessoa fala os outros devem ouvi-

lo; devem falar somente de sua própria experiência; quem está no grupo não está lá para dar conselhos ou ainda julgar o outro; entre uma fala e outra, quando um participante se emociona, o outro pode interromper a reunião e começar a cantar uma música como forma de acolhê-lo e, por último, respeitar a história de cada pessoa.

2.2. Escolha do tema

Inicia-se a partir do momento em que os participantes estão à vontade. O terapeuta pode iniciar perguntando ao grupo se alguém gostaria de começar a falar sobre o problema que o aflige. Sobre o “*por que falar?*”, o terapeuta pode citar com um provérbio popular (BARRETO, 2008, p. 66).

*“Quando a boca cala,
os órgãos falam,
quando a boca fala,
os órgãos saram”.*

Ou ainda:

*“Quando guarda, azeda,
quando azeda, estoura
e quando estoura fede”.*

Sobre “*o que falar ?*”, o terapeuta pode ressaltar que as pessoas podem verbalizar preocupações do seu cotidiano mas não devem trazer os seus segredos. Que o grupo não julgará e que terá o apoio de todos. Solicita que fiquem atentos aos temas apresentados, pois será o grupo que deverá escolher aquele que será compartilhado. (BARRETO, 2008, p. 67)

Neste momento, os participantes começam a falar sobre suas preocupações, sofrimentos e, após as apresentações, o terapeuta faz uma pequena síntese da fala de cada um, perguntando se concordam com o que ele escreveu. Frente a isso, é o momento de votar sobre o tema que será discutido, podendo formular a questão da seguinte maneira: *“Qual destes casos você acha que é mais urgente, com qual você mais se identifica e poderia ser escolhido para nossa terapia de hoje? Por que você escolheu este problema?”* (BARRETO, 2008, p. 68).

O voto da maioria, indica a mobilização do grupo para aquele tema, devendo o terapeuta valorizar aqueles que não foram escolhidos, pedindo a concordância dos demais, ressaltando que os temas poderão ser trazidos para um próximo encontro.

2.3. Contextualização

Escolhido o tema, o terapeuta e a comunidade fazem perguntas para a pessoa, a qual a história foi escolhida para que todos possam compreender o problema em seu contexto global. Ao buscar responder as questões elaboradas pelos participantes, o protagonista apresenta os vários elementos que possibilitam o entendimento da sua vivência, as estratégias de enfrentamento, suas crenças, valores, dificuldades e sonhos.

Ao questionar de diversas formas a história contada e confrontar alguns argumentos, cada pessoa que participa da roda da Terapia Comunitária pode também questionar as suas percepções pessoais e a sua visão de mundo. As perguntas feitas não podem ter a conotação de julgamento do que é certo ou

errado. Cabe ao terapeuta, certificar-se de que todos estão ouvindo e participando, possibilitando que sejam feitas reflexões, procurando buscar o que há de positivo em cada gesto ou atitude. Além disso, o terapeuta pode apontar também que há alguns fatores decorrentes de outras instâncias, dentre elas, o descaso do Poder Público, por exemplo.

Após um tempo aproximado de quinze minutos em que a pessoa expõe o seu problema, o terapeuta deve agradecer a pessoa por ter exposto a sua dificuldade e confiado no grupo. A seguir, pede à mesma que observe o que o grupo vai falar. É importante lembrar que o terapeuta deve anotar todos os passos em uma folha padronizada, incluindo as palavras-chave para ajudar na construção dos motes (explicado na próxima etapa) , o que irá permitir a problematização.

Conforme o tema proposto, o mesmo pode ser explorado de modos paradoxais, uma vez que a maioria das situações possui dois ou mais pólos, podendo ser analisada a partir de várias perspectivas. Uma situação pode ser positiva ou negativa, dependendo do contexto que a mesma ocorre e a percepção de quem a vivencia. A mesma ocorrência pode ser vista como uma tragédia ou uma oportunidade de aprendizado.

2.4. Problematização

Esta etapa inicia-se a partir da identificação do mote, ou seja, uma pergunta chave que sintetiza o comportamento, a situação-problema enfrentada pela pessoa que apresentou o problema eleito pelo grupo. Esta deve permanecer

em silêncio, enquanto o terapeuta faz o “*mote*” (grifo nosso) que consiste em uma pergunta para possibilitar ao grupo refletir sobre sua própria realidade, tendo a oportunidade de rever suas crenças, seus valores e preconceitos.

Após a definição da situação-problema, pode-se lançar mão de um mais motes como citado por Oliveira et al (2007, p.337) : “*Quem já sentiu falta do calor humano em relação aos profissionais?*” ou “*Quem já se sentiu enclausurado como uma lagarta no casulo e como fez para virar borboleta?*” Enquanto as pessoas vão respondendo os motes, o terapeuta vai anotando as colocações mais importantes para poder finalizar a terapia.

2.5. Encerramento: Rituais de agregação e conotação positiva.

Ao término da terapia trata-se de reconhecer, valorizar e agradecer o esforço e a coragem de cada um. Não significa valorizar o sofrimento e a resignação mas, sim, o esforço, a iniciativa e a vontade de superar as dificuldades encontradas.

O encerramento é feito de maneira especial, com músicas, orações, poemas, cânticos, entre outros. Pode-se sugerir uma música e ao final, procurar dar uma conotação positiva na história contada. A seguir, o terapeuta pede para que cada participante diga ao protagonista da história, o que mais lhes tocou ou algo que tenham admirado nela. Nesse momento, relembra-se a simbologia da teia de aranha, onde as pessoas se levantam, fazem um círculo com as mãos no ombro do outro e se balançam, trazendo uma idéia de equilíbrio, de pertencimento, de coesão e união do grupo.

2.6. Avaliação da sessão.

Esta etapa é reservada para a equipe terapêutica. É o momento de avaliar qualitativamente o desenvolvimento do encontro, considerando as etapas anteriores e o desenvolvimento do grupo. Dessa forma, os terapeutas podem rever as posturas, a dinâmica ocorrida, podendo contribuir para melhor condução dos futuros encontros.

Barreto (2008) alerta para a importância da conduta dos terapeutas que conduzem a Terapia Comunitária, traçando algumas diretrizes importantes, entre elas a formação necessária de acordo com as diretrizes da Associação Brasileira de Terapia Comunitária (ABRATECOM). O autor ressalta que, em todos os encontros devem-se seguir todas as etapas descritas anteriormente, uma vez que as regras possibilitam a aprendizagem de acordo com o modelo proposto.

3. Embasamento teórico da Terapia Comunitária

De acordo com a concepção de Barreto (2008, p.37), a palavra terapia tem sua origem no grego “therapeia” que significa acolher, ser caloroso, servir, atender. A partir dessa definição, podemos ampliar o conceito de terapeuta como aquela pessoa que acolhe e que cuida dos outros de forma calorosa. Este deve facilitar a criação de uma rede de apoio e ainda possibilitar a partilha das vivências, procurando resgatar o saber produzido pela experiência de cada um.

A Terapia Comunitária não consiste em um processo psicoterapêutico, onde, na maioria das vezes a atuação apóia-se nas carências apresentadas pelas pessoas. É um espaço comunitário onde procura-se partilhar as experiências de vida, levando-se em conta os elementos culturais, sociais e funcionando como um local de agregação social. Nesse contexto ocorre um ato terapêutico, onde a intervenção se dá de maneira simples, sem, no entanto, ser simplista. Embora não exija formação acadêmica anterior, a prática requer uma capacitação e acompanhamento da pessoa que está exercendo o papel de terapeuta. (BARRETO, 2008).

Segundo Barreto (2008), a Terapia Comunitária está fundamentada no Pensamento Sistêmico, na Teoria de Comunicação, na Antropologia Cultural, na Pedagogia de Paulo Freire e na Resiliência. A partir desses pilares, foi desenvolvido o método, onde cada indivíduo pode expressar suas dificuldades, necessidades e expectativas, compartilhando com o grupo os seus anseios. Neste encontro, a pessoa também tem a oportunidade de aprender outras formas de lidar com seus problemas. Na terapia comunitária aborda-se simultaneamente, o indivíduo na sua singularidade e na sua inserção familiar, grupal e social. Portanto na terapia comunitária se exercita o domínio do espaço público pelo indivíduo (FUKUI, 2004).

3.1. Pensamento Sistêmico

Ao contrário das espécies biológicas que evoluíram mediante transformação genética, somente a humanidade apresenta o fenômeno da história, que se liga intimamente à cultura, à linguagem e à tradição (BERTALANFFY, 1975, p 262).

O raciocínio central deste pensamento é conceber todo e qualquer organismo como parte de um sistema. Diante disso, podemos compreender a pessoa, como um ser social, a partir do estudo das suas interações como o meio no qual está inserido. O ser humano é parte de um grupo, que por sua vez está inserido em uma comunidade sendo que esta última, também faz parte de uma sociedade, que está cada vez mais globalizada.

Para entender o sistema nesse contexto, Barreto (2008) procura fazer uma analogia com o mundo das abelhas, ressaltando a notoriedade do seu trabalho, bem como a ação em conjunto que realizam com a natureza. Por meio da ação polinizadora, as abelhas mantêm uma harmonia com a interdependência entre a sobrevivência destas e a garantia da reprodução das plantas.

Quanto aos sistemas humanos, são extremamente complexos, pois, envolvem significados, decorrentes de inúmeros fatores como tradições lingüísticas, culturais, sociais, econômicas, dentre outras, formando uma imensa rede que, de forma dinâmica, transformam os diferentes contextos, em um constante movimento. Dessa forma, o pensamento sistêmico mostra uma interdependência não só entre os membros de uma comunidade, como também, em comunidades diferentes. (BARRETO, 2008).

Um sistema pode ser entendido pelo complexo de interações interdependentes, que organiza um todo, que tem funcionamento próprio. É fundamental buscar a compreensão das relações que se estabelecem entre os elementos que

compõem os sistemas e os subsistemas, levando em considerando o contexto em que elas ocorrem (BARRETO, 2008).

Se queremos chegar a um supra-sistema, o raciocínio é o mesmo: a comunidade de moradores de uma favela, por exemplo, que se pode ser compreendida como um sistema, passa a ser o subsistema do bairro. O bairro passa a ser o subsistema da cidade; a cidade passa a ser o subsistema do país, o país passa a ser o subsistema do mundo. [...] O importante é entender que qualquer que seja o problema, ele está inserido num contexto complexo, do qual fazem parte todos os envolvidos na situação em questão. (BARRETO, 2008, p. 180).

Uma das características importantes a ser considerada é o fato de que os seres humanos devem ser compreendidos, a partir do seu universo cultural simbólico, que é constantemente recriado. Bertalanffy (1975) comenta que o homem tem valores culturais que transcendem a esfera do mundo físico.

Os animais estão envolvidos por um universo físico que têm que enfrentar o meio físico, as presas a capturar, os predadores a evitar e assim por diante. O homem, ao contrário, está envolvido por um universo de símbolos. Começando com a linguagem, que é um requisito da cultura, até as relações simbólicas com seus semelhantes, o estado social, leis, ciência, arte, moral, religião e inúmeras outras coisas, o comportamento humano, exceto nos aspectos básicos das necessidades biológicas da fome e do sexo, é governado por entidades simbólicas. (BERTALANFFY, 1975, p. 262).

Como podemos perceber, o autor descrito no parágrafo anterior, mostra um importante caminho para que possamos buscar a compreensão das ações educativas a partir da valorização do campo simbólico. Desta forma, vislumbramos novas possibilidades dentro da prática educativa, uma vez que

podemos utilizar e valorizar a linguagem metafórica e toda a simbologia que cada comunidade traz no emaranhado de seu arcabouço cultural.

Bertalanffy (1975), afirma que os sistemas abertos, ou seja, os grupos sociais são organismos em interação com o ambiente. Nessa interação mútua, há trocas contínuas com este último, existindo um dinamismo entre os vários componentes e processos. Promovendo um mecanismo de feedback, esse sistema vivo faz mudanças no seu próprio comportamento baseado nas informações que recebe do meio.

Dentre as características gerais dos grupos sociais, Bertalanffy (1975), cita a *globalidade*, onde os sistemas se comportam como um todo coeso. Se uma das partes se modificar, as demais serão afetadas. Complementando essa primeira característica, o autor afirma que um sistema não pode ser considerado a soma de suas partes. Portanto, se quisermos compreender as pessoas, devemos levar em conta os contextos interacionais onde vivem. Uma outra propriedade importante para o autor é a *homeostase*, onde os grupos sociais promovem um processo de autorregulação para manter o funcionamento diante das mudanças. Ainda, citando as características propostas pelo autor, ressaltamos o processo de *circularidade*, onde cada indivíduo influencia e é influenciado por outro e a *morfogênese*, em que os grupos absorvem inputs do meio e autotransformam-se, promovendo um grande potencial para mudanças.

Não podemos deixar de citar, que a visão sistêmica representa, atualmente, um novo paradigma para a ciência pós moderna, onde passamos do pensamento linear ao circular, de uma relação de causa e efeito para um complexo olhar de interdependência entre os fenômenos. Vasconcellos (2005) descreve novas alternativas para compreender os acontecimentos sociais, acrescentando os pressupostos epistemológicos do pensamento sistêmico, considerando a crença na complexidade, em todos os níveis da natureza; a crença na instabilidade do mundo, em processo de tornar-se; a crença na intersubjetividade como condição de construção do conhecimento do mundo.

Vasconcelos (2005) aponta que devemos olhar para as relações presentes no sistema como um processo em curso, onde ocorrem mudanças, evoluções e a auto-organização. O terapeuta que se propõe a trabalhar com o grupo inclui-se nele, reconhecendo-se como parte do sistema, atuando no espaço de intersubjetividade, na perspectiva de co-produção das soluções.

Nesse sentido, o terapeuta pode ser visto como alguém que está em construção, junto com a comunidade com a qual está interagindo, considerando o relacionamento grupal como uma rede complexa de relações, onde cada parte interfere no funcionamento da outra, indicando-nos além de tudo, a co-responsabilidade de cada pessoa no crescimento coletivo.

3.2. Teoria da Comunicação

A comunicação é essencial ao ser humano. Segundo Watzlawick; Beavin; Jackson (2007), é impossível não se comunicar, pois todo o comportamento

representa um tipo de comunicação. Os autores definem que, além do significado das palavras, há também informações sobre como o emissor se vê e como ele quer ser compreendido pelo receptor. Afirmam, ainda, que o processo de comunicação envolve as modalidades digital (verbal) e analógica (não verbal). Todas as permutas comunicacionais ocorrem de forma circular podendo ser simétricos quando baseado nas semelhanças ou complementares, quando baseadas nas diferenças.

Por outras palavras, não existe um não-comportamento ou ainda em termos mais simples, um indivíduo não pode *não* se comportar. Ora, se está aceito que todo comportamento numa situação interacional tem o valor de mensagem, isto é comunicação.[...] por muito que o indivíduo se esforce, é-lhe impossível *não* comunicar. Atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem; influenciam outros e estes outros, por sua vez, não podem *não* responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2007, p. 44-45).

Quando Watzlawick; Beavin; Jackson (2007), afirmam que todo comportamento é comunicação, os autores nos demonstram que devemos estar atentos a todas as manifestações de cada ser humano ou de um grupo. Barreto (2008) complementa esta idéia acrescentando que, como somos seres muito verbais, estamos quase sempre esperando um comentário, uma observação que muitas vezes não ocorre. A ocorrência do silêncio, um gesto ou até mesmo uma ausência podem sinalizar sentimentos e atitudes que não estão clarificadas. Como a mensagem não foi confirmada com palavras firmes e claras, isso pode ser interpretado a partir de diversas maneiras pelos demais interlocutores.

Uma importante regra, apontada por Watzlawick; Beavin; Jackson (2007) é que toda a comunicação tem dois elementos: o conteúdo e a relação entre as pessoas que se comunicam. Nesse caso, conteúdo ou mensagem é tudo o que dizemos com palavras e gestos, de forma que o outro possa interpretar e dar uma resposta. Esta resposta, seja ela dada de forma verbal ou gestual, permite ao interlocutor reconhecer-se enquanto pessoa. Os sistemas interpessoais podem ser vistos como circuitos de retroalimentação. Diante do exposto, podemos dizer que, se o comportamento de uma pessoa é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas. Então a consciência que temos de nós mesmos, nasce de uma relação de comunicação com o outro.

Uma outra característica importante, é que toda comunicação depende da pontuação da sequência dos eventos. A interação entre os comunicantes é vista, também, como uma sequência de trocas, onde a pontuação organiza os eventos comportamentais (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 2007). Fazendo um paralelo com a Terapia Comunitária, Luisi (2006) exemplifica que, durante o encontro com o grupo, é preciso que o co-terapeuta inicie a conversação para que as regras sejam compreendidas e seguidas por todos. Da mesma forma, com a pontuação, cada um poderá falar de cada vez, possibilitando a expressão de todos, organizando também os momentos de interação entre terapeuta e co-terapeuta.

Barreto (2008) destaca que, muitas vezes, a comunicação é realizada por gestos e atitudes que ocorrem de forma inconsciente e não intencional. Desse

modo, podemos comunicar uma idéia sem que a percebamos conscientemente. Ao permanecermos em silêncio, muitas vezes, a pessoa pode transmitir a idéia de estar em desacordo com algo ou mesmo de insatisfação, revolta, entre outros. O autor chama a atenção para o dito popular que afirma “*quando a boca cala, o corpo fala*”, em que as mensagens não são transmitidas pela fala, porém, podem ser percebidas por um observador mais atento, por meio de recados sutis que o corpo transmite. Neste caso, o autor também afirma que a expressão inadequada ou mesmo a ausência da expressão de algo que incomoda o indivíduo, pode se manifestar por meio de sintomas físicos.

Diante dessa perspectiva, o líder comunitário ou terapeuta deve atentar para uma leitura mais detalhada das ocorrências sociais como, por exemplo, um baixo rendimento escolar, atos de delinquência, drogadição, entre outras, procurando decifrar a comunicação escondida nessas atitudes, aparentemente sem sentido (BARRETO, 2008).

Freire (1996) traz um importante apontamento, que contribui para compreendermos o sentido da escuta e do silêncio no processo de comunicação:

No processo da fala e da escuta, a disciplina do silêncio a ser assumido com rigor e a seu tempo pelos sujeitos que falam e escutam é um “sine Qua” da comunicação dialógica. [...] A importância do silêncio no espaço da comunicação é fundamental. De um lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como um objeto, a fala comunicante de alguém, procure *entrar* (grifo do autor) no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem;

de outro, torna possível a quem fala, realmente comprometido com o *comunicar* e não com o fazer puros *comunicados*, escutar a indagação, a dúvida, a criação de quem escutou (FREIRE, 1996, p. 116-117).

A comunicação torna-se essencial, uma vez que o processo educativo ocorre a partir da minha interação entre as pessoas pertencentes aos grupos com os quais mantemos contato, seja diário ou eventualmente. Observando o comportamento do outro, sabemos qual é o momento de exercer o direito à fala. Freire (1996) complementa esse argumento, sublinhando que o primeiro sinal de que a pessoa que fala sabe ouvir, é quando demonstra a capacidade de reconhecimento, de que não é a única que tem o que dizer.

O processo educativo nesse sentido, busca refletir as situações a partir do entendimento da mobilização de processos comunicacionais internos, externos e, acima de tudo, de processos relacionais. Em se tratando da Terapia Comunitária, é na roda que ocorre a exposição das situações vividas, a comunicação dos acontecimentos, bem como a discussão a partir de vários pontos de vista. Por meio das palavras, gestos e canções, ocorre a mobilização dos sujeitos envolvidos, podendo trazer um novo significado, novas perspectivas de vida.

3.4. Pedagogia de Paulo Freire

Gosto de ser gente, porque inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além dele. (FREIRE, 1996, p. 53).

Segundo Freire (2005), o conhecimento não está separado do contexto de vida, mas centra-se no sujeito, permitindo a humanização do processo educativo, a apropriação de conhecimentos e a transformação das relações sociais. O autor afirma que,

a auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade, ou a perdem, não podem se aproximar do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se tão homem quanto aos outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Nesse lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão buscam saber mais. (FREIRE, 2005, p.93).

Freire (1996), nos mostra que educar é um exercício, onde o diálogo se faz necessário, devendo sempre ser realizado de uma forma horizontal. Nessa perspectiva, o educador deve ter uma ação de facilitador, reconhecendo que há um momento de falar e outro para ouvir o que o outro tem a dizer.

Na prática educativa, todos os atores envolvidos devem se reconhecer como seres sociais, levando-se em conta para o aprendizado, todo o contexto da vivência cotidiana. À medida em que questiona o seu cotidiano, cada pessoa procura refletir as situações vividas sempre a partir das relações com os outros. Dessa forma, cada momento representa uma oportunidade para a descoberta, permitindo então, um novo posicionamento frente ao seu próprio viver.

Freire (2005), afirma que os homens são seres da práxis e que a ação e reflexão devem ocorrer simultaneamente, uma vez que, por meio de sua intervenção, ocorre a transformação do mundo. De forma brilhante, o autor

ainda ressalta que “*ninguém nasce feito, mas que vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte*”. Uma vez que este ser humano está em permanente construção, este vive uma relação de interdependência com o seu meio, ensinando e aprendendo, promovendo mudanças e também sendo modificado.

Na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às coisas, de perceber, de inteligir, de decidir, de escolher, de valorar de, finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. A capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos a nossa cidadania, se erije então, como uma competência fundamental. (FREIRE, 2000, p. 18).

Nesse ponto, resgatamos a visão de Barreto (2008) sobre o terapeuta comunitário. Segundo o autor, este deve ter uma visão contextual do seu trabalho e reconhecer a sua responsabilidade na promoção da cidadania, procurando intervir na realidade, onde as pessoas reconheçam-se como sujeitos da história.

A condição do terapeuta comunitário é de um facilitador que, a partir da organização das sessões, promove a troca interativa entre os participantes, possibilitado uma reflexão profunda a partir da relação estabelecida, valorizando o saber de cada pessoa. No seu papel enquanto educador, o terapeuta leva em consideração que os seres humanos devem aprender a buscar livremente o melhor para si mesmos e, conseqüentemente, para a comunidade onde vive. Nesse processo educativo prioriza-se uma metodologia

não diretiva, procurando promover uma maior autonomia dos sujeitos a partir do potencial que cada um possui.

Barreto (2008) enfatiza a situação de ensino aprendizagem numa situação do exercício constante do diálogo e da reciprocidade. Ao buscar o fundamento pedagógico para a prática terapêutica comunitária, o autor faz um destaque especial à obra de Paulo Freire, realizando uma analogia entre a proposta de trabalho da Terapia Comunitária, com a Pedagogia do Oprimido.

O autor afirma a necessidade da associação entre a prática e teoria, destacando o papel do educador e do educando como sujeitos sócio-histórico-culturais. Alerta quanto ao posicionamento do terapeuta comunitário para que este não adote um posicionamento autoritário apresentando-se como possuidor da verdade sobre o outro.

Trata-se de um processo dialógico, interpelamos e somos interpelados. Ouvimos e somos ouvidos. As histórias que ouvimos nos reenviam à nossa própria história. [...] O terapeuta comunitário é *um com a comunidade e não para a comunidade*. [...] Não estou lá para resolver os problemas da comunidade, como se isso fosse possível, sem gerar dependências. [...] Para sermos bons terapeutas comunitários, precisamos compreender este processo de aprendizagem que faz da Terapia Comunitária um espaço de aprendizagem coletiva. Na escuta ativa, aprendo. Quando falo de mim, estou ensinando e quando ouço o outro, estou aprendendo. Somos todos co-terapeutas e terapeutizados, docentes e discentes (BARRETO, 2008, p. 280 - 281).

Resgatando as diretrizes de Paulo Freire, convém salientar que o mesmo, na prática pedagógica, valoriza tanto o docente quanto o discente. São figuras

que desempenham papéis complementares onde o primeiro age como um facilitador, criando possibilidades para que o segundo possa realizar a sua própria construção, enquanto saber. Um não se reduz à condição de objeto do outro e sim, passam a reconhecer-se num processo dialético (FREIRE, 1996).

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a sinceridade (FREIRE, 1996, p 24).

Em sua obra, *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996), aponta alguns eixos importantes, dentre os quais destaca-se o fato de que o ensinar exige rigorosidade metódica. Nesse sentido, faz-se necessário que o educador proponha-se a reforçar a capacidade crítica do educando, para que o mesmo possa transformar-se em sujeito da construção e da reconstrução do seu saber. O educador deve estar atento ao fato de que somos seres históricos e que pensar certo, muitas vezes não significa estar em uma posição de conhecer a verdade absoluta. Devemos estar aberto às novas possibilidades a partir da análise das nossas ações no mundo, uma vez que podemos descobrir novas maneiras de produzir o conhecimento.

Outro fator importante apontado por Freire (1996) é aquele que nos direciona ao campo da pesquisa, estimulando-nos a sair do comodismo, buscando aceitar a condição do ser e do mundo em permanente construção. O autor afirma que ensinar exige pesquisa e vice-versa. Ao pesquisar, nos colocamos numa condição sempre permanente de busca, partindo do princípio que existem novas possibilidades no mundo que nos cerca. Quando ensinamos, é

porque já houve um indagamento, um questionar enquanto presente e futuro, com milhares de possibilidades do existir.

Ao respeitar e destacar os saberes construídos na prática comunitária, buscamos valorizar as experiências que cada um traz, para convergir ou divergir o saber, a partir daquilo que já está sentenciado como algo correto e funcional. Freire (1996) valoriza a curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento. A curiosidade humana move as ações no sentido da procura pelo esclarecimento, devendo ser estimulada, afim de que desenvolva-se de forma crítica, podendo acrescentar algo ao meio onde vive.

O desafio de aceitar o novo é algo que nasce a partir da proposta de ensinar na comunidade, com a comunidade e para a comunidade. Neste trabalho, o educador pode estar na comunidade, ou mesmo ser parte dela. Os enfrentamentos peculiares surgem para que, quando entrar em contato com o diferente, o olhe com muito respeito, cuidando para que não haja qualquer forma de discriminação. (FREIRE, 1996).

Nesse contexto, devemos nos atentar para a máxima cristã do “vigiai e orai”, não no sentido religioso propriamente dito, mas para que, assumindo o papel de educador na comunidade, vigie-se, no sentido de não deixar-se levar pela arrogância de classificar as pessoas, por meio de um olhar contaminado pela crença de possuir algum poder sobre as pessoas. Deve ainda orar, não repetindo intermináveis palavras decoradas, mas confiando em si mesmo e buscando sempre o pensamento crítico, reconhecendo-se humilde para saber que há muito que aprender.

Um outro aspecto importante na obra de Paulo Freire e que pode-se aplicar na Terapia Comunitária é o ensinar pelo exemplo. Concordamos com o autor no sentido de que, a corporificação das palavras, ou seja, o dizer as palavras com o seu ser inteiro, traz a verdade para o espaço do aprendiz. O velho ditado de fazer o que se manda, mas não fazer o que se faz, não tem lugar nessa perspectiva, pois nesse caso, a argumentação necessariamente, deve ser acompanhada pelo testemunho vivo, observado nas ações do educador.

Freire (1996) aponta que

uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 1996, p. 41).

Na Terapia Comunitária, os encontros representam espaços de desabafo e expressão do sofrimento cotidiano, promovendo o envolvimento das pessoas e também uma rede de solidariedade e participação. No espaço de construção e arranjos existenciais frente às adversidades, cada um pode mudar a sua percepção, aprendendo novas competências para que rompam o círculo vicioso das narrativas redundantes e sem-saída (GRANDESSO, 2004).

Freire (2005) chama a atenção para que ao promover a conscientização coletiva, não desconfiemos da pessoa, mas sim, “*para o opressor que está hospedado dentro dela*”. O autor alerta-nos para que não deixemo-nos levar

pelo discurso conformista, confiando no potencial e na capacidade das pessoas no empenho pela busca da libertação, “*mas também desconfiar da ambigüidade dos homens oprimidos*”. Nesse posicionamento, podemos salienta um grande aspecto do papel do educador comunitário: Uma vez que o mesmo participa da comunidade e conseqüentemente faz parte dela, faz-se necessário, olhar para o opressor internalizado nas pessoas e ao mesmo tempo olhar criticamente para o seu próprio fazer, no sentido de não reproduzir o modelo opressor, internalizado em si mesmo.

3.5. Antropologia Cultural

A cultura tem importante papel na construção da identidade de um grupo, pois este baseia seus pensamentos, ações e suas habilidades por meio dos seus próprios referenciais. Quando queremos entender uma comunidade ou até mesmo uma nação, faz-se necessário voltar no tempo para que possamos buscar as raízes onde estão registrados os fundamentos que nos trouxeram até o presente momento. É inevitável voltar o foco para as fontes ancestrais que mantiveram a sobrevivência de nossos antepassados e ainda nos guiam até hoje, apesar de estar diluído no emaranhado tecnológico que muitas vezes apresenta como novidade, algo já conhecido há muito tempo.

Uma dos fatores apontados por Barreto (2008) é que, devido à necessidade de sobrevivência, a espécie humana procurou agrupar-se, o que proporcionou o aparecimento de várias etnias. Ao resgatar as raízes nacionais, é praticamente impossível não retomarmos a história dos índios que aqui já estavam, antes da chegada dos descobridores. De fato, é muito triste constatar que uma das

estratégias usadas para a dominação dos povos foi e continua sendo, a destruição, principalmente os elementos de sua cultura.

Em sua obra, onde registra os passos para a formação do terapeuta comunitário, Adalberto Barreto (2008), faz questão de resgatar a contribuição da herança cultural indígena, e também da cultura negra que, por meio da resistência contra o poder dominante, conseguiram manter suas tradições, como forma de sobrevivência da sua identidade. Podemos citar como exemplo o fato de que, os afrodescendentes mantinham as manifestações ostensivas para agradar ao branco e, de outro lado, de forma secreta, continuavam manter aquelas que lhes lembravam de sua origem.

Santos (2007, p. 191) afirma que a Antropologia Cultural é a base epistemológica da Terapia Comunitária, sendo comprometida com a construção social e inserida no contexto científico pós moderno. Acrescenta ainda que

temos a clareza da necessidade do terapeuta comunitário conhecer a cultura da comunidade onde desenvolve as sessões da Terapia comunitária, principalmente para a contextualização, com ênfase para a construção do mote específico e a problematização. [...] A Antropologia Cultural, e mais especificamente a teoria da cultura e pesquisa antropológica, vão possibilitar ao terapeuta comunitário as ferramentas possíveis de permitir colocar em prática, nas sessões de Terapia Comunitária, a frase emblemática de Bateson – “diferença faz a diferença” – fazendo uma terapia contextualizada e significativa para todos os participantes (SANTOS, 2007, p. 192-193).

Barreto (2008) ressalta que a cultura é um elemento de referência fundamental na construção da identidade individual, uma vez que interfere na formação da subjetividade de cada indivíduo e conseqüentemente na identidade coletiva.

A cultura emerge como sustentáculo de uma identidade ameaçada pelo novo contexto. Tal qual a teia de aranha, a cultura é para o indivíduo o que a teia é para a aranha: ela agrega, une, alimenta e fortalece os vínculos que confere a pertença (BARRETO, 2008, p. 22).

O autor afirma a cultura como um valor, um recurso que deve ser reconhecido, valorizado, mobilizado e articulado de forma complementar a outros conhecimentos para que possamos somar e multiplicar o potencial de crescimento e resolução de problemas sociais.

Dessa forma podemos romper com a dominação e com a exclusão social que, muitas vezes, nos impõe uma identidade negativa ou baseado nos valores de uma outra cultura que não respeita a nossa. Quando reconhecemos que, mesmo num único país, convivem várias culturas e aprendemos a respeitá-las, descobrimos que a diversidade cultural é boa para todos e verdadeira fonte de riqueza de um povo e de uma nação (BARRETO, 2008, p.29).

Diante desse posicionamento, o autor nos indica um caminho para que possamos buscar uma sociedade mais consciente de seu potencial, onde cada pessoa acredita nos seus valores culturais como um caminho legítimo na construção da sua individualidade e da sua comunidade.

Um dos pontos que merecem destaque na obra de Barreto (2008) é que, apesar de valorizar o resgate da espiritualidade, com uma das possibilidades para o fortalecimento da comunidade, o autor alerta-nos no sentido de que

muitas igrejas adotam a idéia de que os problemas humanos, só serão resolvidos mediante a fé e a devoção a Deus. Desta forma, as pessoas podem adotar uma postura socialmente passiva, desistindo de se organizar enquanto grupo, de lutar pelos seus direitos e buscar soluções. O autor analisa de forma crítica, o posicionamento físico, em que as pessoas permanecem na igreja, sentados nos bancos, de costas para o outro, incentivando uma relação privilegiada com Deus, em detrimento da relação com outras pessoas.

Podemos afirmar que o Brasil é o país das pluralidades. Somos uma mistura de todas as raças, credos e sabenças. Esse fator torna a nossa cultura extremamente rica, surgindo daí, a necessidade de utilizarmos uma metodologia de educação que nos ensine a valorizar e respeitar as diferenças. Acreditamos que todo ser humano quer ser valorizado em todos os sentidos. A percepção de que as suas raízes e o seu conhecimento é algo valioso que possui, pode contribuir para a promoção da auto-estima, possibilitando a transformação das vivências individuais de forma criativa, fortalecendo ainda mais a comunidade ou grupo ou onde está inserido.

3.6. Resiliência

A resiliência é um conceito utilizado, a princípio, pela física e pela engenharia. Do ponto de vista mecânico e físico, a resiliência é a qualidade de resistência do material ao choque, a tensão e a pressão. Neste caso, sempre quando uma barra de ferro, um elástico ou uma mola sofre uma pressão, a resiliência permite que o mesmo volte à sua forma ou posição inicial. Quanto a aplicação do conceito às pessoas, o autor descreve como resilientes as pessoas que

possuem, dentre outras qualidades, uma maior capacidade de resistir às situações adversas, sem perder o equilíbrio (ANTUNES, 2009; TAVARES, 2001).

Dentro da perspectiva da educação, Tavares (2001), afirma ainda, que devemos proporcionar a formação do cidadão voltada para a nova realidade social, de forma que este se torne menos vulnerável e mais resiliente no sentido de promover uma ação mais eficaz na transformação da sociedade em que vive.

Yunes & Szymansky (2001), analisam o conceito de resiliência também como um construto psicológico. Com algumas ressalvas, realizam uma comparação de forma metafórica, entre a relação *tensão/pressão com deformação-não-permanente* do material correspondendo com a *situação de risco/estresse/experiências adversas* com respostas finais de *adaptação/ajustamento* do indivíduo (grifos do autor). De maneira criteriosa, as autoras apontam que a resiliência está relacionada com o enfrentamento dos riscos a que o indivíduo está exposto, superando as adversidades.

Baseadas em pesquisas, realizadas sobre o tema, Yunes & Szymansky (2001), afirmam, que, quando os indivíduos enfrentam crises e experiências diversas, independentemente do contexto ou ainda do desenvolvimento que se encontram, elas passam a contar com sistemas de proteção que operam de modo a sustentar e garantir o seu desenvolvimento em curso. As autoras lembram que as bases ambientais do conceito de resiliência levam em conta o

entendimento dos processos de mecanismo de risco e proteção. Neste caso, “o desenvolvimento da resiliência está ligado ao fato da pessoa contar com a presença de relações significativas durante a sua trajetória de vida”. (YUNES E SZYMANSKY, 2001).

Pereira (2001) lembra que, na sociedade atual, as mudanças ocorrem muito rapidamente, exigindo das pessoas uma constante adaptação. Os indivíduos precisam desenvolver a resiliência, onde sejam capazes de ultrapassarem as barreiras, encontrando uma forma dinâmica e construtiva de lidar com as dificuldades que lhe são impostas. Um aspecto importante apontado pela autora é o argumento de que a maturidade psicológica é necessária para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Pode-se argumentar-se que o sucesso na vida depende mais da maturidade psicológica que das habilidades acadêmicas. Daí que seja necessária a intervenção em nível do sistema educacional, como forma de promover o processo de desenvolvimento pessoal. (PEREIRA, 2001, p. 79).

Complementando a questão da resiliência, Pereira (2001), traz ainda a definição de *copping* como mecanismos utilizados na situação de dano ou situações difíceis, onde são utilizadas estratégias direcionadas para reinterpretar o ocorrido ou para enfrentar a situação atual. A autora ainda enfatiza as estratégias para enfrentamento futuro, onde o indivíduo prepara-se para confrontar as possíveis ameaças.

As respostas às situações indutoras de stress dependem das experiências passadas do indivíduo em situações idênticas e das

suas capacidades (aptidões, suporte social-moral, recursos materiais, resolução de problemas, entre outras) (PEREIRA, 2001, p. 83).

Barreto (2008) resume a resiliência como a capacidade de resistir, sem perder o rumo, de vencer, apesar das dificuldades e circunstâncias difíceis. O autor ainda descreve sua admiração ao ver grupos e famílias resistindo ao constante aniquilamento a que são submetidos. Aponta alguns fatores que auxiliam no processo de superação das dificuldades. Dentre estes, a espiritualidade, a alegria, o senso de humor em que muitas vezes dá comicidade a algo trágico e triste. Segundo o autor, essa é uma riqueza que deve ser explorada pelo terapeuta comunitário.

Certos elementos da personalidade, em interação permanente com os elementos do meio ambiente, podem reforçar a dupla capacidade de resistência e de construção. Esta capacidade pode existir em estado latente. Mas, conforme a história de cada um, ela pode se transformar em um processo ativo de resistência à destruição e de construção de uma vida contra toda a diversidade. (VANISTENDAEL, 1995, apud BARRETO, 2008, p 172).

Barreto (2008) aponta que o enfrentamento das situações difíceis, produz um saber que possibilita às pessoas buscar soluções de formas criativas, sendo que a meta fundamental da Terapia Comunitária é suscitar e estimular as forças e capacidades do indivíduo, família e comunidade.

De certa forma, as adversidades fazem parte da vida de todas as pessoas. Umas são menos e outras mais sensíveis aos eventos cotidianos. Se cada indivíduo aprende com suas experiências a resistir a esses eventos adversos,

desenvolvendo ações de enfrentamento de forma eficaz, surge daí a idéia de que essas pessoas podem trocar essas experiências de forma educativa. Podemos, com isso, ampliar o nosso leque de opções para solucionar os problemas de forma criativa.

4. O jogo e a música na terapia comunitária

Uma das características da Terapia Comunitária é o de agregar elementos da cultura local por meio da utilização de jogos e brincadeiras, trazendo para a roda um clima lúdico com a finalidade de diminuir a tensão do grupo, servindo não só para descontrair, como também, uma maneira de aproximar as pessoas, demonstrando que o espaço pertence a todos. (AZEVEDO; LARANJEIRA; CARRAZZONI, 2007).

Em nossas primeiras vivências infantis, utilizamos jogos para interagir com pessoas, objetos e também para expressar sentimentos. É por meio do lúdico, que ocorrem as primeiras interações grupais. O jogo foi fundamental na nossa infância, permitindo possibilidades de conhecer o mundo. Segundo KNAPPE (1998), o jogo é importante em qualquer fase da vida, podendo ser entendido como todo processo de aprendizado e crescimento, servindo de base para as terapias ativas.

Todos brincam de criar algo diferente, mudam, aprendem, replanejam e vivem juntos. É um ato compartilhado de criação de vida, e não o de busca passiva de cura. As pessoas que sofrem deixaram de serem pacientes, quase objetos, para aceitar sua categoria humana de atores e criadores da sua própria existência (KNAPPE, 1998).

Arvati; Curzio (2007), ao relatar uma experiência com jogos na Terapia Comunitária, apontam que os mesmos podem ser aplicados em qualquer fase do encontro terapêutico. No início do encontro, possibilita o surgimento de vínculos, além de facilitar o conhecimento entre as pessoas e ainda promover a aproximação física e afetiva, relaxamento e desligamento do contexto externo. Mesmo durante o encontro, podem facilitar o aflorar dos sentimentos, das lembranças e emoções.

Além dos jogos e brincadeiras, a música torna-se um facilitador para a expressão do grupo. Segundo Azevedo; Laranjeira; Carrazzoni (2007), a música pode ter a função de acolher e aquecer o grupo, proporcionar a sensação de pertencimento, podendo também acolher a dor, celebrar a alegria, catalisar as falas do grupo, exercer a função de continência e, ainda, estimular a resiliência. As músicas folclóricas e os ditados populares têm importância salutar, uma vez que pode propiciar um resgate do grupo com a sua cultura, sua história e sua memória.

O marinheiro, marinheiro, quem te ensinou a nadar?
Foi o tombo do navio ou o balanço do mar?
Marinheiro só... (canção folclórica)

Enfim, o jogo e a música, em dados momentos, torna-se um ingrediente fundamental para uma boa interação entre os participantes do grupo, além de promover os benefícios já citados. Cabe aos terapeutas enquanto facilitadores do processo grupal, aproveitar o momento para tornar o encontro mais rico a partir do material trazido por cada participante.

5. Situação da Terapia Comunitária na atualidade

Segundo Luisi (2006) a Terapia Comunitária tem sido aprimorada tanto em relação aos aspectos práticos quanto teóricos. Existem poucas obras desenvolvidas pelo seu fundador, sendo a obra intitulada “Terapia Passo a Passo” a única e principal obra detalhada e integral sobre o tema.

Desde 2003, com a ocorrência do primeiro congresso e a criação da Associação Brasileira de Terapia Comunitária (ABRATECOM), vários terapeutas passaram a divulgar as suas experiências na aplicação da Terapia em diversos contextos por todo o território nacional. Além disso, houve um aumento dos pólos formadores, sendo realizada parceria com várias universidades, o que também têm colaborado para o surgimento de trabalhos acadêmicos na área. (LUIZI, 2006).

De acordo com dados fornecidos pela ABRATECOM, a Terapia Comunitária está presente em todo território brasileiro, com cerca de 12.000 terapeutas formados, sendo incluídos nesse número os voluntários e os profissionais que incorporaram a atividade à sua prática. Os pólos formadores são legitimados e reconhecidos pela ABRATECOM, que dita as diretrizes para a formação, podendo ser habilitados como terapeutas os profissionais de várias áreas, incluindo líderes e agentes comunitários. Atualmente, o curso está formatado com carga horária de trezentos e sessentas horas, sendo obrigatória a realização da parte teórica e prática, incluindo as intervenções. Estas últimas constituem na socialização do trabalho realizado, para que se possa refletir

sobre a prática, visando o crescimento humano e profissional do terapeuta e também o bem estar da comunidade onde atua.

Devido os benefícios demonstrados por meio da sua prática, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SENAD) em 2004, reconheceu a Terapia Comunitária como medida de educação, prevenção, tratamento e reinserção de usuários e familiares de dependentes de drogas. Em parceria com o Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária do Ceará (MISMEC-CE), o SENAD publicou uma cartilha intitulada “*A prevenção do uso de drogas e a Terapia Comunitária*” *direcionada para a formação dos terapeutas*. Com essa iniciativa, o Governo Federal afirma a relevância deste trabalho comunitário, proporcionando formação e a capacitação de profissionais e lideranças comunitárias para ampliar e fortalecer a rede de atenção relacionada à atenção na área de drogas. Nesta mesma publicação a Terapia Comunitária é citada como

um espaço no qual vários domínios da vida do indivíduo e da coletividade podem ser trabalhados, sejam eles familiar, profissional, comunitário, cultural, entre outros. É um espaço de promoção de encontros interpessoais e intercomunitários, objetivando a valorização das histórias dos participantes, o resgate da identidade, a restauração da auto-estima e da confiança em si, a ampliação da percepção dos problemas e possibilidades de resolução. Tem como base de sustentação o estímulo para o desenvolvimento ou a criação de uma rede de solidariedade (SENAD, 2006, p. 17).

Em 2008, a Terapia Comunitária passou a integrar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), e em 2010, o Ministério da Saúde, definiu a Terapia Comunitária, como política pública, sendo incorporada

às ações do Programa Saúde da Família (PSF). O baixo custo, a alta efetividade, o empoderamento das comunidades e a busca de soluções participativas alicerçam a Terapia Comunitária como uma política pública adequada no atendimento das diversas e complexas demandas presentes no contexto social brasileiro (BRASIL, ABRATECOM, 2010).

Na rede educacional pública a criação dos grupos de Terapia Comunitária tem sido estimulada por professores e diretores de escolas. A finalidade é facilitar a abordagem das dificuldades de aprendizagem, comportamento inadequado e relacionamentos agressivos entre os alunos. Tem como consequência, melhorar a qualidade de comunicação entre a rede discente, docente, pais e profissionais inseridos no contexto da escola (MISMEC, 2011).

Com pouco mais de 20 anos de existência, as atividades de acolhimento e a metodologia, que deram origem ao Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária do Pirambu, mais conhecido como projeto quatro Varas, vêm se expandindo fronteiras. Hoje já existem movimentos organizados de Terapia Comunitária no México, Venezuela, Uruguai, França, Suíça Itália e África, com previsão de expansão para outros países (BRASIL, ABRATECOM, 2011).

CAPITULO II

A EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA

"A prática educativa será tão mais eficaz quando, possibilitando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais ao campo que se formam, os desafie a construir uma compreensão crítica de sua presença no mundo. (FREIRE, 2000, p. 42)

1. Educação Social

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 206, estabelece a educação como um direito de todos, devendo ser promovida e incentivada pela sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania. Além de garantir o *“pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”*, inclui também, a *“liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte de ensinar e o saber”* Acrescenta, ainda, no artigo 216, a importância da cultura como elemento fundamental para a preservação da memória e a construção da identidade dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Os princípios acima, são ampliados pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que abrange o conceito de educação como *“processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”* Esta lei estabelece, entre outras medidas, uma gestão democrática de ensino, a autonomia para elaboração do plano pedagógico com a participação do professor, além da

articulação com as famílias e a comunidade, com a finalidade de integrar a sociedade com a escola.

Observa-se, entretanto, que apesar das premissas acima descritas, o ensino formal segue um posicionamento vertical, pré-estabelecido pelos currículos escolares, onde já está prescrito o que cada um deve saber, ignorando a realidade do educando. Esse modelo engessa o professor, uma vez que dita a este, qual o caminho deve seguir.

Perde-se, assim, o seu poder de criar, se faz menos homem, comportando-se como uma peça da engrenagem. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (FREIRE, 1994).

As evidências nos impulsionam para a necessidade de buscar novos conceitos educacionais, para justificar o que chamamos de uma educação para a autonomia do ser humano como autor da sua própria história e co-responsável pela construção do mundo em que vive.

Morais (2006) realiza alguns apontamentos pertinentes para compreensão do processo educacional social, afirmando que a educação inicia-se no lar, e que as famílias não podem delegar esse importante papel. Ressalta ainda que educar para a formação de uma consciência pública e personalizante, é uma tarefa de toda sociedade.

Educar (do latim *educere*), num primeiro plano significa levar de um lugar para outro; todavia, não quer dizer levar-se de um lugar qualquer para o outro qualquer, significando a condução de uma personalidade da alvorada de suas primeiras experiências vitais à sua

consciência de cidadania, a qual implica visão lúcida de seu mundo relacional e de si mesma (MORAIS, 2006, p. 48-49).

Ribeiro Junior (2006), ressalta a importante tarefa dos processos educativos de manter a identidade cultural da comunidade, sempre buscando uma maneira de equilibrar as forças da tradição e da inovação.

O direito à educação nada mais é do que uma consequência da essência própria do homem como pessoa, porque todos nasceram para, pela educação, chegarem à sua plenitude humana. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 38).

Partindo dessas premissas, adentramos ao campo da educação social, apontando prioritariamente que no Brasil, essa área do conhecimento é relativamente nova. Dentro dessa perspectiva, aponta-se a necessidade de pesquisas e discussões para que possa consolidar-se como uma área autônoma, uma vez que em alguns aspectos, a educação social está sendo construída na prática.

O termo educação social é freqüentemente utilizado pelos programas governamentais, (e não governamentais), para denominar as ações que ocorrem nos vários segmentos da sociedade. Nesse sentido, esta denominação é definida de forma imprecisa, uma vez que nem sempre as ações desses programas constituem um processo educativo.

Garcia (2008) aponta que, embora a educação social possa ser considerada bastante antiga, ainda é pouco estudada e a formação específica, está sendo construída por meio da prática. A autora mostra que o campo de atuação está

constituído por profissionais de diversas áreas, incluindo aqueles que não têm formação na área educacional.

Caro (2006), afirma que, atualmente, não conseguimos fundamentar as ações presentes nas diversas formas de ação social. Ressalta, ainda, a importância de buscarmos referenciais teóricos que fundamentem e consolidem a nossa prática, pois, caso isso não ocorra, corremos o risco de justificar nossas intervenções educativas por meio de conceitos simplistas que tendem a desacreditá-las como algo sem identidade própria.

Um dos conceitos pertinentes acerca desse estudo é definição de educação não-formal. Caro (2006) afirma que a distinção entre termos é feita como uma possibilidade de demarcar algumas fronteiras dentro da complexidade do universo educacional, sempre levando-se em consideração, uma relatividade histórica e política. Dessa maneira,

a educação não-formal reconhece a pessoa como um ser que pensa, age, sente, e traz consigo uma cultura que precisa ser respeitada para que ela possa crescer e se desenvolver, pois a cultura faz parte do ser humano e os valores são imprescindíveis em sua formação. (CARO, 2006, p.23).

Caro (2009, p.53) destaca a *educação social como o processo das relações proporcionadas na estrutura da educação não-formal*, sendo este ambiente de relações educativas, o aspecto diferencial da atual estrutura da educação formal. Acrescenta que a educação social, por seu caráter multidisciplinar, deve considerar as diversas visões sobre o ser humano e seu posicionamento na

sociedade, assumindo ações transformadoras, não somente com a população desprovida de direito, como também nos diversos contextos sociais.

Entendemos que, dessa forma, os processos educacionais, ao coexistirem de forma complementar na construção da sociedade, implica formar o indivíduo para o exercício crítico da sua cidadania. Nessa visão, focamos a formação de pessoas, construindo seus valores pessoais e culturais, conscientes do seu papel e dos diversos desdobramentos que as suas ações podem trazer para o seu entorno relacional.

2. Educação Sócio-comunitária

Embora não pretendendo negar as outras formas de educar, é fundamental reconhecermos que neste estudo, não nos é possível adotar o caminho da neutralidade, pois, toda proposta metodológica traz em si uma intencionalidade. Sabemos que, ao colocarmos em destaque à Educação Sócio-comunitária, estamos fazendo um recorte no campo multidimensional da educação, onde há vários caminhos, dentre os quais esse que escolhemos para estudo.

Para compreender o universo em que se encontram as diversas formas de intervenção educacional, busca-se novas conceituações, na tentativa de delimitar um objeto de estudo. Ao refletirmos sobre os muitos apontamentos e discursos, afirmamos que a Educação Sócio-comunitária enquanto campo do saber, ainda está em construção, necessitando ainda de delimitações epistemológicas.

Advertimos para o fato de que, em alguns momentos, nos referimos ao termo “*Educação Comunitária*”, tal como o encontramos nas obras de diversos autores que estudam o tema. Optamos por acrescentar tais proposições, uma vez que acrescentam argumentos ao presente estudo.

Em busca de definições para o entendimento da Educação Sócio-comunitária, encontramos estudos complementares e muitas vezes divergentes quanto aos termos. A palavra sócio (do latim “*socius*”), pode ser utilizada no sentido de associação, companheiro ou parceiro, o que já denota a existência de duas ou mais pessoas em relação. Quanto à compreensão do termo comunitária, procuramos dar ênfase àquelas que trouxessem a idéia de pessoas em relação.

Partindo dessa visão relacional, podemos nesse ponto, citar a visão de comunidade defendida por Buber (1987):

Agora, quando falo de comunidade, entendo algo que abrange toda a vida, toda a existência natural do homem, não excluindo nada dela. Ou a comunidade é isso, ou então, deve-se renunciar à idéia de uma comunidade autêntica (BUBER, 1987, p. 85).

Acrescenta ainda:

A coletividade, não é uma ligação, é um enfeixamento: atados, um indivíduo junto ao outro, armados em comum, equipados em comum, de homem para homem só tanta vida quanto necessária para inflamar o passo da marcha. A comunidade, entretanto, a comunidade em evolução (que é a única que conhecemos até agora) é o estar não-mais-ao-lado-outro, mas é o estar um-com-o-outro, de

uma multidão de pessoas que, embora movimentem-se juntas em direção a um objetivo, experienciam em todo lugar um dirigir-se-ao-outro, um face a face dinâmico, um fluir do Eu para o Tu: a comunidade existe, onde a comunidade acontece (BUBER, p. 66).

Esse posicionamento Buber (1982), reforça a idéia do processo educacional como uma grande teia de interações, onde ocorre um liame das experiências socialmente vivenciadas, surgindo daí novas possibilidades na construção de novos caminhos para a educação.

Barreto (2008), aponta a comunidade como um espaço de construção e reconstrução social, onde é partilhado o espaço geográfico, além da descoberta da sua identidade social, cultural e histórica. O autor utiliza-se da simbologia da teia de aranha para referir-se às relações sociais que são construídas a partir de fios, muitas vezes invisíveis, que são originados dos pensamentos, das idéias de quem somos e de como agimos. O autor ressalta a importância das pequenas comunidades como um espaço de reconstrução social.

As relações entre as pessoas podem se comparadas a um bordado em que as linhas de vida de cada uma se cruzam e se entrecruzam, formando um desenho. Podem ser comparadas às teias que se cruzam para dar sustentação à aranha. Essas teias, linhas ou relações, ora se ampliam, ora sobressaem, ora se fundem se confundem, se ligam ou se separam (BARRETO, 2008, p. 142).

Sobre o conceito de comunidade, Barreto (2008) a concebe como

um grupo de pessoas que vivem, não deste ou daquele interesse particular, mas de um complexo conjunto de interesses, de modo a viabilizar suas vidas, dando-lhes um significado de pertencimento e identificação (BARRETO, 2008, p. 142).

Morais (2006) entende o termo sócio-comunitário, como a presentificação não de uma somatória, mas de uma síntese:

[...] a escolha por uma educação sócio-comunitária é bem mais complexa do que às vezes se pensa, pois ela implica em trabalhar-se de forma mais completa, uma realidade sutilmente composta. Para tanto, várias escolhas e predileções de investigação são bem vindas; o que não se pode, é esquecer-se das práxis comunitárias em nome de paixões pelas elucubrações macrossociais, e nem dar-se as costas a estas últimas por um equivocado entendimento de que o comunitário mais visível começa e termina em si mesmo. Daí reiterarmos que, quanto mais os interesses investigatórios, melhor para uma educação sócio-comunitária mais interada (MORAIS, 2006, p. 56).

A multiplicidade de significados leva-nos a buscar o entendimento dos diversos olhares, nem sempre convergentes. Silva (1996 pp. 11-26), utiliza o termo “*Educação Comunitária*” (grifo nosso) no sentido de um processo educativo coletivo, na maioria das vezes, não formalizado e a posiciona dentro de um contexto histórico. O autor afirma que a Educação Comunitária, com o surgimento da Guerra Fria, é entendida e praticada como um instrumento para preparar a população para combater as idéias que podem ser infiltradas dentro do mesmo país. Já, a partir da década de 60, a Educação Comunitária é vista como um *movimento de libertação*. Nesse sentido, ela tem a intenção de preparar a população para formas de organização e luta que visam à libertação dos regimes totalitários.

Um terceiro tipo de Educação Comunitária citado por Silva (1996) é aquela definida como *auto-ajuda*. Nesse sentido são considerados os integrantes de uma área geográfica ou de uma mesma problemática, como co-responsáveis

pelos conflitos existentes nas comunidades, podendo os mesmos ser superados, mediante o diálogo e a tomada de decisão. De acordo com esse autor,

o objetivo principal desse tipo de Educação Comunitária é levar os integrantes da situação a, juntos, identificarem os problemas existentes e os recursos de natureza privada ou pública, pessoal ou institucional, que possam a vir ser colocados à disposição de todos de modo a atender às necessidades percebidas (SILVA, 1996, p.19).

Entendemos que a participação grupal é essencial para a formação e fortalecimento do sujeito coletivo. Segundo Silva (1996, p. 97), a constituição desse sujeito inicia-se pelos encontros de pessoas que se vêem compelidos a atuarem juntos em circunstâncias que necessitem da ação várias pessoas. O primeiro contato, regido pela afetividade, seja positiva ou negativa, com o passar do tempo, deve evoluir para identificação dos fatores identificadores entre os participantes, levando-os a assumir tarefas comuns ao grupo. Em seguida, o amadurecimento do grupo ocorre com o comprometimento pessoal e grupal em relação a objetivos e metas, superando-se as possíveis dicotomizações entre aqueles que agem efetivamente e aqueles que somente apóiam, mas não chegam à concretude a ação.

A figura do educador é de extrema importância, como facilitador nas diversas fases do grupo, no sentido de favorecer o surgimento dos fatores constituintes de um sujeito coletivo: a identidade grupal (SILVA, 1996).

Essa identidade é que garantirá um sentimento e um sentido de nós, que terá força ética, ou seja, será condicionadora do comportamento das pessoas mesmo que estejam agindo isoladamente. O pertencer

ao grupo “X” amplia, por assim dizer, a personalidade pessoal, que passa a viver ativa e passivamente nos demais e com os demais integrantes do grupo, quando age como componente do grupo, interessa a todos, pois, de alguma maneira implica a todos (SILVA, 1996, p.99).

Embora Silva (1996), esteja buscando a compreensão do grupo de maneira geral, acreditamos que estes princípios podem ser aplicados àqueles enfocados no presente estudo, uma vez que autor afirma ser as vivências grupais promotoras de ação educativa auto e hetero-orientada e que, mantendo a identidade de seus integrantes, este terá condições de educar outras pessoas para que assumam a mesma identidade grupal.

Gomes (2008), afirma que a educação sócio-comunitária está vinculada a uma prática educativa marcada por intervenções que articulam a comunidade para transformações sociais. Sobre a intervenção o autor reitera que, de certa forma, ela representa uma forma de ruptura com o modo de ser da sociedade, trazendo na proposta educativa, uma forma da comunidade buscar mudanças na sociedade, podendo buscar para isso o apoio de entidades externas.

O autor, acima, ainda enfatiza os instrumentos comunicacionais e a linguagem estabelecida entre os membros da comunidade como base fundamental dos processos culturais e econômicos que se interrelacionam com as relações de trabalho. Afirma, ainda que, muitas vezes, a identidade comunitária se estabelece por meio de um permanente conflito, conceito este, que contrapõe-se a idéia utópica de comunidade como uma família, convivendo de uma forma pacífica em prol dos seus objetivos comuns (GOMES, 2008).

Gomes (2008) faz apontamentos na direção de desconstruir a idéia que temos de comunidade como um local de refúgio, um lugar onde encontraremos descanso e paz. Aponta ainda que a comunidade, apesar de manter relações conservadoras no sentido de manter e reiterar as tradições, tem potenciais de transformação, e que isso só acontecerá se houver uma mudança política. Aparentemente, esse posicionamento parece desincentivar as ações educativas que são promovidas na comunidade. Entendemos, porém, que faz-se necessário não olhar de forma ingênua sobre o objeto em questão, buscando conclusões fáceis. Essa visão nos aponta para a necessidade de pensar em intervenções educativas de grande alcance, onde possamos mobilizar os recursos da comunidade no sentido de articular ações, onde as pessoas se percebam autônomas, como co-autores da sua realidade e não como vítimas de um sistema, onde qualquer ação que faça, não terá nenhuma repercussão.

Como não podemos julgar o impacto futuro das iniciativas que surgem na sociedade, acreditamos que estas devem ser incentivadas, uma vez que podem representar as sementes de algo relevante. Destacamos o fato de que a Terapia Comunitária iniciou-se como um movimento local, na favela do Pirambu em Fortaleza. Após o fortalecimento local, esta iniciativa consolidou-se e expandiu as fronteiras da sua ação, chegando hoje a ser incluídas nas políticas de saúde governamentais.

Ribeiro Junior (2006), afirma que a educação sócio-comunitária deve proporcionar vivências, mudanças vantajosas de conduta e experiências valiosas, que elevem a aprendizagem ao nível da consciência reflexiva. O autor ressalta que a educação tem a função de formar cidadãos ativos e conscientes da sua liberdade, ajudando a pessoa a buscar uma vida em comunidade sã e nobre e ainda, preparando-a para buscar a sua autonomia.

De forma contundente, o autor acima citado, sinaliza a vocação humana para a liberdade, considerando-se também, a noção de responsabilidade perante si mesmo e o outro. Ribeiro Junior (2006), destaca, ainda, a natureza do homem que, como *ser-no-mundo* e *ser-com-o-outro*, tem uma dimensão comunitária, que o coloca em comunhão existencial com outros seres em diversas dimensões.

Buscando referenciar o conceito de educação sócio-comunitária, o autor nos mostra que o mesmo fica mais claro,

a partir do axioma de que coexistimos fundamentalmente, porque existimos pelos e para os outros. Esse estar *com* o outro significa ao mesmo tempo que o outro está comigo.[...] para fazer uma ontologia da educação sócio-comunitária, há que partir da pessoa com essa peculiar dimensão de *ser-referido* a outras pessoas. (RIBEIRO JUNIOR, 2006. p 52).

Reconhecemos que deve-se olhar de forma mais amplo para a educação, sócio-comunitária, uma vez que procuramos entendê-la a partir da dimensão social em que os indivíduos se encontram. Faz-se necessário a compreensão das redes contextuais de relação interpessoal, onde nem sempre, as pessoas

têm a consciência do seu posicionamento social e, conseqüentemente, não conseguem agir a partir da conjugação dos saberes existente na própria comunidade.

Grosso (2006) defende que, *mais que um “objeto” a Educação Comunitária deve ser tratada como uma forma de “olhar” ou um “foco” sobre o fenômeno educacional*. Dessa forma, observamos mais uma vez a necessidade de olhar, criticamente, para o campo da educação sócio-comunitária, de uma forma mais ampla, considerando as experiências relacionais que se estabelecem entre os diversos atores envolvidos na convivência comunitária (GROSSO, 2006. p. 132, grifos do autor).

Nesse sentido, Silva (1996) afirmar que a implantação da Educação Comunitária em uma dada realidade social,

supõe a crença das pessoas envolvidas no valor da educação como instrumento de mudança e melhoria de vida. Exige que se instale, na região onde se aplique, um clima em que predomine a busca do aperfeiçoamento dos seres humanos, das relações entre as pessoas, das condições materiais de vida, da forma de distribuição de bens, dos modos de tomar decisão, visando criar cidadãos participantes que possam influenciar as decisões que afetem suas vidas e a da coletividade (SILVA, 1996, p. 19).

Um dos posicionamentos que muito enriquecem o presente estudo é o posicionamento de Carneiro (1985). O autor inicia, intitulando a Educação Comunitária como uma construção da pedagogia do cotidiano. Postula que a educação comunitária constitui em uma educação do povo e pelo povo.

Ressalta que um projeto educativo deve ter o objetivo transformador, assumindo o caráter prático e dinâmico da convivência social.

Neste sentido, tem-se de que admitir que nenhum membro da comunidade é ignorante, do contrário, não sobreviveriam. Logo, todos educam a todos. [...] A comunidade, nesta concepção equiva, cumulativamente, seus membros com conhecimentos e atitudes que permitem um conhecimento novo, oriundo do grupo (CARNEIRO, 1985, p. 19).

Carneiro (1985) dá ênfase no caráter coletivo da educação comunitária, uma vez que acredita na educação como função da sociedade, como uma força motriz para mobilizar o poder criativo da sociedade e da comunidade. Ressalta que, independente do nível cultural ou social dos indivíduos, a educação comunitária deve promover a consciência política, onde as pessoas consigam fazer uma leitura da sua realidade, procurando encontrar soluções, sem, no entanto, perder a noção do global da macro política.

Quanto ao método, Carneiro (1985), acredita que é mais uma questão de atitude do que de estrutura, uma vez que a própria organização da vida associativa leva a um senso de ordenação e necessidade de decisões de caráter solidário. Ressalta, entretanto, a importância da não diretividade e também da dinâmica de grupo como eixo desta práxis educativa, levando-se em conta que, qualquer processo educativo, para que seja considerado como tal, deve promover mudanças nas pessoas.

CAPITULO III

A TERAPIA COMUNITÁRIA COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA

Se na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes. (Paulo Freire).

No primeiro capítulo, buscamos ampliar o conceito de terapia, procurando conjugá-lo com o sentido do acolhimento e da afetividade, uma vez que acreditamos na qualidade das relações para promover, sobretudo, o crescimento do ser humano a partir da sua subjetividade.

Do mesmo modo, devemos refletir sobre a questão da intervenção na terapia comunitária, pois o termo pode levar a entendimentos diversos, e até mesmo desqualificar a Terapia Comunitária, como apenas um mero recurso técnico. Conforme analisa Grandesso (2007), Adalberto Barreto, ao criar a Terapia Comunitária, foi sensível e ousado, quebrando os protocolos e criando um contexto de mudança fora dos padrões, que antes se limitava a um *setting* terapêutico na psiquiatria clínica.

O foco da terapia comunitária não está sobre diagnósticos ou definições de problemas e teorias de mudança mas sobre o sofrimento humano em qualquer de suas formas e manifestações, visando ações básicas de saúde comunitária, como metas a prevenção, mediação de crises e inserção social. (GRANDESSO, 2007 p. 182).

Grandesso (2007) destaca que a Terapia Comunitária não se caracteriza como uma psicoterapia. Apesar de ser uma prática simples, todos os terapeutas devem ser capacitados de forma teórica e prática, devendo os mesmos desenvolver o papel de facilitador do diálogo e , procurando promover o vínculo entre as pessoas da comunidade, onde são valorizadas as competências vindas da experiência, do saber local e da cultura.

Acreditamos ser de grande utilidade citar os objetivos primordiais da Terapia Comunitária que deve servir de guia para as intervenções do terapeuta:

- 1) Reforçar a dinâmica interna de cada indivíduo, para que este possa descobrir seus valores, suas potencialidades e tornar-se mais autônomo e menos dependente.
- 2) Reforçar a auto-estima individual e coletiva
- 3) Redescobrir e reforçar a confiança em cada indivíduo, diante da sua capacidade de evoluir e de se desenvolver enquanto pessoa.
- 4) Valorizar o papel da família e da rede de relações que ela estabelece em seu meio
- 5) Suscitar, em cada pessoa, família e grupo social seu sentimento de união e identificação com seus valores culturais.
- 6) Favorecer o desenvolvimento comunitário, prevenindo e combatendo as situações de desintegração dos indivíduos e das famílias, através da restauração e fortalecimento dos laços sociais.
- 7) Promover e valorizar as instituições e práticas culturais tradicionais que são detentoras do *saber fazer* e guardiãs da identidade cultural.
- 8) Tornar possível a comunicação entre as diferentes formas de *saber popular* e *saber científico*.
- 9) Estimular a participação como requisito fundamental para dinamizar as relações sociais, promovendo a conscientização e estimulando o grupo, através do diálogo e da reflexão, a tomar iniciativas de ser agente de sua própria transformação. (BARRETO, 2008, p. 39).

Para mostrar como ocorre a intervenção do terapeuta comunitário, Adalberto Barreto, na sua obra *Terapia Comunitária passo a passo*, exemplifica com a história de um grupo onde mãe chega e diz que está com insônia. Conta que tem cinco filhos e o marido morreu e que o desespero não a deixa dormir. Tem medo de perder o emprego, única fonte de sustento para sua família e também teme enlouquecer e não voltar a dormir. (BARRETO, 2008, p. 48).

Segundo ainda o exemplo proposto por Barreto, a mãe em questão além de estar preocupada sobre o que fazer da vida pede ao médico que lhe dê um remédio, posto que não adianta dar receita, e acrescenta falta dinheiro até pra comida, após o relato, começa a chorar. Neste instante o terapeuta ou outra pessoa propõe que todos se dêem as mãos, faça uma corrente e começam a cantar juntos, uma música conhecida: *“Encosta tua cabecinha no meu ombro e chora,/ e conta logo sua mágoa toda para mim,/ quem chora no meu ombro eu juro que não vai embora,/ que não vai embora/porque gosta de mim...”* (BARRETO, 2008, p. 48).

Essa música, ao mesmo tempo em que permite às pessoas trabalharem o *conteúdo* do sofrimento, (re) significar sua dor, uma vez que a letra traduz o sentimento de quem já passou por aquela situação, permite também trabalhar o *continente* humano, formado simbolicamente pela corrente de mãos dadas. Essa tem sido uma forma exitosa de consolidar o grupo na hora em que as emoções fortes emergem das histórias contadas (BARRETO, 2008, p. 49).

Um dos aspectos importantes é a valorização do saber de cada pessoa na roda da terapia. Todos podem dispor do seu conhecimento, da sua experiência de

vida, cabendo ao protagonista buscar as possibilidades. Ainda continuando a descrever o exemplo,

O terapeuta, então, pergunta ao grupo: *“Quem de vocês já vivenciou uma situação parecida e o que fez para superá-la? E poderá ouvir respostas, como: “Ah, eu já passei por isso, eu só faltei ficar doida, mas eu fiquei boa da minha insônia, tomando o suco do capim santo”* (e passa a dar a receita de como preparar), ou *“O meu caso foi terrível. Eu sei o que é isso, fiquei várias noites sem dormir. Para mim, os chás não resolveram, o que resolveu foi umas massagens que tomei com um senhor que mora na rua Santa Elisa. Ele tem umas mãos abençoadas”* ou *“Eu resolvi minha insônia foi rezando na igreja, entregando a Jesus. Depois que entreguei minha vida a Jesus, não sei mais o que é insônia”* ou ainda *“Eu curei minha insônia cansando o meu corpo. Todo dia depois de cuidar de casa eu saio, dou uma voltinha e quando chego, tomo banho e o sono é uma beleza* (BARRETO, 2008, p. 49).

Nesse caso, a Terapia Comunitária, além de permitir com que cada um fale da sua dor, possibilita também a socialização do saber acumulado ao longo da vida de cada participante. No caso da senhora que chega pedindo remédio, sai com várias possibilidades, podendo aprofundar na situação vivida, à medida que a terapia avançar (BARRETO, 2008).

Adalberto Barreto, parte do princípio de que toda sociedade humana dispõe de mecanismos terapêuticos. A Terapia Comunitária permite a construção de diálogos entre o moderno e o tradicional, oferecendo a chance da pessoa fazer escolhas, além de ser apoiado para descobrir valores, potencialidades, tornando-se mais autônomo e menos dependente.

O terapeuta é o catalisador que acelera, modera a orquestra, o trabalho terapêutico do grupo. Sua função terapêutica compreende, apenas suscitar questionamentos, provocar discussões, trazer elementos clarificadores para que o grupo desenvolva a sua vocação terapêutica. [...] A Terapia favorece uma tomada de consciência das implicações humanas, na gênese das crises e conflitos, para que a própria comunidade possa sentir-se implicada e co-partícipe dos acontecimentos (BARRETO, 2008, p. 51-52).

A convivência grupal permite a troca de conhecimento, o esclarecimento das dúvidas com as pessoas que passaram pelo mesmo problema.

Pode-se observar que a partir das vivências do grupo, emerge um processo de abertura conceitual sobre a consciência de si mesmo, seus limites e novas competências elaboradas ou em constante processo de re-elaboração (VIEIRA, 2007. p.160).

Outro aspecto positivo é que, a partir dos encontros sócio-educativos, constroem-se redes sociais solidárias, ocorrendo o reforço da identidade social e diversidade cultural das comunidades, possibilitando a ressignificação das vivências a partir dos próprios recursos, de forma que os participantes consigam perceberem-se como sujeitos ativos e que a sua atuação traz reflexos no seu meio e vice-versa.

Grandesso (2006, p. 186-187) elenca algumas considerações a respeito da mudança paradigmática no que tange as práticas sistêmicas, ressaltando que o conceito de terapia, foi-se reinventando a partir da inclusão da vertente social. A autora afirma, ainda, que as práticas de terapia, devem promover uma revisão de postura da comunidade diante da vida, por meio da ampliação da consciência crítica reflexiva. A partir do posicionamento questionador da sua

prática, o terapeuta comunitário passa a ser um agente facilitador da transformação social.

Este é o desafio do terapeuta sistêmico do século XXI: ajudar as pessoas a serem reconhecidas pelo nome, ajudá-las a ter voz e vez, a participar de relações mais igualitárias, atuando como autoras não só de suas histórias, mas das histórias coletivas. [...] A escuta respeitosa da voz de cada membro da família ou da comunidade em terapia, formando um coro e uma dança comuns, promove a saída do anonimato, resgatando não só o poder da palavra, mas de cada indivíduo e sua comunidade, promovendo suas soluções criativas para seus problemas e vicissitudes da vida. [...] Favorecendo a conexão das pessoas com sua cultura e valorizando as competências e o saber próprio do vivido [...] (GRANDESSO , 2006, p. 189).

Um apontamento pertinente quanto à maneira de intervenção na Terapia Comunitária, refere-se ao rompimento da crença de que o terapeuta pode representar um especialista ou mesmo o “salvador da pátria”. Podem ocorrer situações em que as pessoas fazem afirmações ou até mesmo formulam questões sobre o que devem fazer ou qual atitude tomar diante de um fato. Nesse caso, o terapeuta promove a escuta ativa, tomando o cuidado para não realizar aconselhamento ou dar uma fórmula, como se o mesmo fosse o dono do verdade (BARRETO, 2008).

Barreto alerta para o fato de que, quando há a concentração da informação na mão de uma pessoa considerada iluminada ou sábia, gera-se uma ilusão que, conseqüentemente, acaba resultando em dominação. O terapeuta deve trabalhar a competência das pessoas, pois cada um tem uma experiência de vida e deve ser suscitada a ser co-responsável diante do sofrimento do outro. (BARRETO, 2008).

Nicolau et al (2007, p. 417), descreve o valor das histórias narradas a partir da experiência de vida dos participantes na roda de terapia comunitária. Parte-se do pressuposto que todos tem o que dizer, mesmo aquele que se esquia, alegando-se não saber expressar. Observa-se que, muitas vezes, a percepção de uma existência sem dignidade, sem respeito e sem cidadania é percebida como algo natural, que vai sendo problematizada na medida em que as pessoas percebem outros problemas comuns nesta comunidade.

O primeiro grande desafio ao se instituir grupos de terapia comunitária em São Paulo foi o de encorajar as pessoas a falar, a narrarem sua experiência de vida, a vencer a crença de que o que dizem é sem importância e assim, ao começarem a falar a dar-se conta de que carregam a rica bagagem que a “escola da vida” lhes forneceu, que tiveram que tirar “leite de pedra” para conseguirem sobreviver, começam a perceber que são merecedores de respeito e até de admiração, tanto pelos familiares, como pelo poder público (NICOLAU et al , 2007, p 417-418).

Conforme Grandesso (2004), é na interação que as narrativas permitem organizar os significados da existência, uma vez que, quando há um pobreza de contextos relacionais, as histórias mantêm-se redundantes e repetitivas, *“como uma engrenagem rodando em falso”*. Uma vez proporcionada a oportunidade adequada para a expressão e aceitação como algo que encontra eco nos outros, a mesma argumentação poderá ser transformada, ressignificada.

Oliveira (2007) enfatiza que as abordagens grupais nos contextos socioeducativos, permitem o reconhecimento das diferenças, das similaridades e dos conflitos coletivos, promovendo uma reflexão permeada pela afetividade

O conhecimento socioculturalmente sistematizado representa uma das formas de compreender e apropriar-se da realidade...[...] O que conhecemos e como conhecemos é matéria urdida em um processo histórico-social em que as experiências do passado, do presente e do futuro rompem com uma linearidade e mostram-se interdependentes e todas presentes em um “aqui e agora”, e mais, todo o conhecimento oriundo dessas inter-relações nos tornam produtores de conhecimentos novos em um processo contínuo e complexo de espiral (OLIVEIRA, 2007, p. 423).

Ao proporcionar a conjugação do saber coletivo, o educador-terapeuta por meio da sua intervenção, possibilita a conscientização de cada participante e também a produção de novos conhecimentos. Nessa rede de relações, a experiência de educar torna-se enriquecedora à medida que ensina a comunidade a caminhar de maneira mais autônoma.

FREIRE (2000) ressalta a prática educativa como possibilidade de mudança, destacando que a busca pelo sentido da existência humana, deve ser algo a ser considerado pelo educador.

A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. É nesse sentido que mulheres e homens interferem no mundo enquanto outros animais apenas mexem nele. (Freire, 2000, p.42).

Dessa forma, ao pensarmos em maneiras de constituir a educação sócio-comunitária, os argumentos nos apontam que devemos incluir abordagens

integrativas e não diretivas que possam promover uma educação voltada para o ser, sem perder de vista o contexto relacional do qual emerge a construção da subjetividade humana.

Se na práxis educativa, estamos focando o universo relacional e as sutilezas que constituem esse sujeito coletivo, a figura do educador e do terapeuta se fundem, de forma até mesmo não intencional. O processo educativo pode conter em si, elementos terapêuticos, onde as pessoas entram em contato com outras possibilidades de tecer a teia da sua existência, aprendendo maneiras criativas de lidar com as situações para as quais acredita não haver solução.

Leloup;Boff (1997), trazem algumas considerações pertinentes, quando ressaltam que não devemos ter atitudes fragmentadas ao olhar para o ser humano nas diversas dimensões que o constituem.

para alguns, só existe o mundo da matéria, do corpo e, para outros, só a alma é importante. Estas atitudes são reencontradas hoje e vão ter importância na terapia, na educação. Porque na terapia se cuidará do corpo lembrando-se que este corpo tem uma alma. E na educação trataremos de despertar a essência, de dizer que a finalidade da vida humana, no nível material, é o sucesso, mas também trataremos de conhecer a beleza de sua alma e a liberdade desta alma em relação ao corpo e à matéria (LELOUP ; BOFF 1997, p. 54).

Como educadores-terapeutas ou vice-versa, podemos trazer para a discussão, essa forma terapêutica de educar, considerando-se o contexto histórico e cultural, onde estamos inseridos, sem deixar de lado a questão do afeto entre

todos os atores envolvidos no processo. Para complementar, tomamos emprestado as palavras poéticas de (BARBOSA, 2001):

Depois de tantas transformações, não poderíamos deixar de recriar os nossos olhos, as nossas escutas, enquanto terapeutas, enquanto educadores. [...] ...não podemos mais separar o inseparável. A unidade múltipla do homem com seus contextos de existência. E a singularidade de cada sujeito com sua história. Teias de interações, entre outras teias do vir-a-ser. [...] Acolher a palavra do outro, desde a mais corpórea até a não pronunciada. Essa acolhida é também autoconhecimento: retomamos os fios, visíveis e invisíveis, que nos religam uns aos outros e que nos religam a nós mesmos (BARBOSA, 2001, p. 59-60).

Enfim, observamos que a atividade de educar, principalmente em um contexto social, não pode deixar de levar em conta a multiplicidade de fatores que compõem a vida e os infinitos sentidos que cada um possui sobre a sua própria existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Cada um é rico naquilo que o outro é pobre.”

(Adalberto Barreto)

Quando iniciamos essa jornada, fomos levados muitas vezes, por caminhos que sugeriam parar ou mudar o rumo da caminhada. O próprio tema em si, porém, tornou-se uma força motriz, impulsionando a retomada. De um lado, o trabalho como a Terapia Comunitária, mostrando de modo apaixonante que podemos contribuir de forma concreta para o crescimento das pessoas por meio da promoção do diálogo entre os diversos saberes. De outro lado, a Educação Sócio-comunitária, sendo cada vez mais consolidada como área do saber, ainda carecendo de pesquisadores apaixonados, que a tenham como um objeto a ser estudado e a divulgando-a como um caminho possível.

Percebemos, ao longo do estudo, que o entendimento da Educação Sócio-comunitária ainda necessita de discussões e definições epistemológicas que consolidem a sua prática. Observamos que, embora alguns autores acreditem nas iniciativas educativas comunitárias que surgem como um meio para conscientização e mobilização social, outros reforçam a idéia de que as mudanças só podem ocorrer a partir de ações na macropolíticas. Apesar das dificuldades, acreditamos no ideal de Paulo Freire, quando o mesmo diz que ensinar exige uma convicção de que a mudança é possível. Não podemos desacreditar as pequenas iniciativas, uma vez que a Terapia Comunitária iniciou como um projeto local e vêm ampliando seu campo de maneira promissora, sendo hoje, adotada em programas de saúde governamentais.

Dentro da proposta deste trabalho, procuramos o entendimento da Terapia Comunitária como uma proposta de intervenção Educação Sócio-comunitária, tentamos compreender os princípios que fundamentam a sua prática. Encontramos na figura do seu idealizador, o psiquiatra Adalberto Barreto e demais colaboradores, o alicerce para a discussão e consolidação desta inovadora forma de intervenção

Buscamos o confluir o entendimento das ações educativas contidas nesse processo, como crítica à atual coisificação das pessoas, que são tratadas como parte de uma engrenagem social, sendo-lhes tolhidas as chances de buscar a sua autonomia. Nesse sentido, destacamos a forma de intervenção na Terapia Comunitária que parte da relação que se estabelece entre àqueles que participam da roda, permitindo além do aprendizado de novas competências, a formação de uma rede de apoio na comunidade.

Percebemos que o desvelamento e o compartilhar das histórias contadas e cantadas na Terapia estão ligadas a muitas outras, propiciando colocar no foco, temas pertinentes aos membros da comunidade que afeta direta ou indiretamente a todos. Na generosa troca de conhecimentos, é possível encontrar um caminho que não seja o de repetir de velhos comportamentos de forma cristalizada, pois a partir da relação com o outro, conseguimos a reflexão necessária para compreender a realidade e apoio para agir, no sentido de transformá-la.

Sobre a figura do educador-terapeuta, ressaltamos a necessidade da ampliação do foco deste sobre o seu campo de trabalho, visto que ele pode contribuir de maneira preciosa com seu talento a favor do crescimento coletivo. Os membros de uma comunidade desacreditada podem estar aguardando a generosa intervenção do educador/terapeuta comunitário, não para ser o salvador da pátria, mas para ajudá-los a tecer a sua rede de solidariedade e conjugar os saberes, trazendo à tona respostas que encontram-se na própria comunidade ou dentro de cada um.

Um dos grandes méritos da Terapia Comunitária como processo educativo sócio-comunitário, é auxiliar a comunidade a sair do papel da vítima levando a conscientização da pessoa a agir como cidadão e co-autor do sistema que o mantém e que é mantido por ele. A abordagem sistêmica mostra que a pessoa, a família a que pertence, a comunidade e o mundo fazem parte de sistemas que se influenciam mutuamente. Nesse sentido, ocorre também o aprendizado da cidadania, não mais como um termo utilizado em discursos políticos, mas como um empoderamento social, que mobiliza a todos em busca de uma solução coletiva.

Considerando-nos como co-autores do mundo, podemos acreditar que vale a pena intervir nele, seja como engenheiro, agricultor ou educador. Trabalhamos com as idéias e com a subjetividade dos sujeitos que estão construindo sua vida, baseados em diversos aspectos da afetividade. E nesse caminho, enquanto afeto o outro, também sou afetado por ele, em um crescimento circular e em espiral.

A Terapia Comunitária, mostra-nos que é possível a utilização de uma abordagem educativa e terapêutica, onde não precisamos impor um saber como legítimo, mas reconhecer que existem vários saberes, e seres humanos únicos na sua subjetividade. Paulo Freire já nos indicava o caminho quando afirmava que os seres humanos educam-se em comunhão, mediatizados pelo mundo. O terapeuta comunitário no papel de educador age como um facilitador, auxiliando o processo educativo no qual ele também faz parte.

Se queremos construir uma educação sócio-comunitária, nós como educadores, podemos tentar construir possibilidades, onde cada um acredita no seu potencial. Temos que nos dispor a auxiliar uma pessoa, uma família, grupo ou comunidade no difícil caminho de ressignificar a própria existência a partir não de verdades prontas, mas da conjugação das respostas que encontra-se no seu alcance, no próprio local ou dentro dele mesmo

Ainda que possa parecer uma paixão, uma ilusão ou uma utopia, devemos continuar pesquisando, analisando, escrevendo, falando e agindo a partir daquilo que de mais precioso há: as relações humanas. Como educadores, devemos buscar, não um monólogo constante da nossa suposta sabedoria acadêmica, mas sim, permitir a fala, o diálogo com o outro. Precisamos lançar um olhar mais atento sobre esses encontros.

Sabemos que o processo de educar para a vida, não é uma tarefa fácil. Porém, como educadores, somos resilientes e continuamos a persistir, apesar das dificuldades e dos impasses. Se trilhamos os caminhos na elaboração do

presente trabalho, é porque acreditamos que, por meio da educação, podemos contribuir para o crescimento e desenvolvimento das pessoas, valorizando as relações humanas tão necessárias para o resgate da autonomia dos sujeitos enquanto cidadãos, tanto no plano pessoal quanto no coletivo.

Não estamos encerrando este trabalho, pois tudo no universo está em constante evolução. Se voltarmos ao primeiro capítulo, já não seremos os mesmos e, provavelmente, novas idéias surgirão durante essa retomada. Deixamos, neste ponto, um convite para a possibilidade da construção de novos desdobramentos e oportunidades de crescimento, tanto na ciência quanto na vida.

REFERÊNCIAS

ABRATECOM - *Associação Brasileira de Terapia Comunitária*. Disponível em: <http://www.abratecom.org.br>. Acesso em 12/10/2010.

ANTUNES, C. *Resiliência: A construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARVATI, F. Z., CURZIO, E., A.C.R. Di, *Jogos e brincadeiras na Terapia Comunitária: Instrumentos para manutenção do aquecimento do grupo. Relato de experiência*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

AZEVEDO, N. M. P.; LARANJEIRA, J. C.; CARRAZZONI, V. *Brincando de Terapia Comunitária: as vivências lúdicas na terapia comunitária como possibilidade criativa de reestruturação da saúde*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BARBOSA, S. A. M. *Uma nova escuta poética: na atividade educativa dos terapeutas, na atividade terapêutica de educadores*. *Revista de Ciências da Educação*. Ed. Stiliano, Unisal, ano 03, n. 04, p. 53 – 65, 2001.

BARRETO, A. P. *Terapia Comunitária Passo-a-Passo*. Fortaleza, CE: Gráfica LCR, 2008.

_____ ; BOYER, Jean-Pierre. *O índio que vive em mim*. São Paulo. Terceira Margem, 2009.

_____, Adalberto P. *As dores dos excluídos no Brasil e a Terapia Comunitária*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

BERTALANFFY, L. V., *Teoria geral dos sistemas*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso 21/03/2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 31ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de atenção básica - Saúde da Família. disponível em <http://189.28.128.99/dab/terapia_comunitaria.php> Acesso em 28/01/2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC). Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/1o_seminario_internacional_pnpic_em_saude.php> Acesso em 21/03/2011.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. *A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária*. Brasília: 2006. Cartilha disponível em <<http://www.senad.gov.br/publicacoes/publicacoes.html>>. Acesso em 28/03/2011.

BRASIL. Observatório Nacional de Informações sobre Drogas. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=104503>. Acesso em 28/03/2011.

BUBER, M. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. *Sobre a comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARNEIRO, M. A. *Educação comunitária: faces e formas*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARO, S. M. P. *Educação Social: Uma questão de relações*. In: SILVA, R., NETO, C. S., MOURA, R. A. (orgs.). *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

_____. Os Fundamentos da Educação Social para uma Educação Sócio-Comunitária. *Revista de Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, ano 08, n. 15, p. 17 – 31, 2º sem. 2006.

COSTA, N. D. *Fragmentos do Grito*. (aguardando publicação). São Paulo, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Indignação*. 1ªed. Editora da Universidade Estadual Paulista: São Paulo, 2000.

FUKUI, L., MARCHETTI L. B. *Terapia Comunitária - Uma forma de atuação no espaço público*. Anais do II Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária. Brasília, DF: 2004.

GARCIA, V. A. O Papel da Questão Social e da Educação Não - Formal nas Discussões e Ações Educacionais. *Revista de Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, ano 08, n. 18, p. 65 – 97, 1º. sem. 2008.

GOMES, P. T. Educação Sócio-Comunitária: Delimitações e Perspectivas. *Revista de Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, ano X, n. 18, p. 43 – 63, 1º sem. 2008.

GRANDESSO, M. *Família e comunidade: Trabalhando com sistemas na transformação social*. In: FLEURY, Heloísa F.; MARRA, Marlene M. (org.), *Práticas grupais contemporâneas: A brasilidade do psicodrama e outras abordagens*. São Paulo: Agora, 2006.

_____. *Oi gente...eu não roubei galinhas!* Contribuições do enfoque narrativo à Terapia Comunitária. Trabalho apresentado no II Congresso Nacional de Terapia comunitária. Brasília, DF, 2004. Disponível em <<http://www.dulwichcentre.com.au/oi-gente-eu-nao-roubei-galinhas-marilene-grandesso.pdf>> . Acesso em 19/12/2010.

GRANDESSO, M. *Terapia Comunitária: uma prática pós-moderna – Considerações teórico-epistemológicas*. In:_____; BARRETO, M. R. *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007

GROPPO, L. A. O Princípio Sócio-Comunitário e a Integração Sistêmica na Educação: Algumas Considerações. *Revista de Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, ano 08 n. 14, p. 131 – 149. 1º sem. 2006.

KNAPPE, P. P. *Mais do que um jogo: teoria e prática do jogo em psicoterapia*. São Paulo: Ágora, 1998.

LELOUP, Jean-Yves; BOFF L. *Terapeutas do Deserto: De Fílon De Alexandria e Francisco De Assis a Graf Durckheim*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LUIZI, L. V. V. *Terapia comunitária: bases teóricas e resultados práticos de sua aplicação*. 2006. 231f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

MISMEC. Movimento Integral de Saúde Comunitária do Distrito Federal. <<http://www.mismecdf.org/novosite/tci-brasil.php>>. Acesso em 01/04/2011.

MORAIS, R. Uma visão de Educação Sócio-Comunitária. *Revista de Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, ano 08, n. 15, p. 33 – 60, 2º. sem. 2006.

NICOLAU, S. M. et al. *As mil e uma histórias: reflexão sobre o valor das narrativas na Terapia Comunitária*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

OLIVEIRA, M. T. et al. *Terapia Comunitária na formação médica na UFPE*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

OLIVEIRA, P. G. *Terapia Comunitária e psicodrama: diálogos e aproximações*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PEREIRA, A. M. Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. In: TAVARES, José (org.) *Resiliência e Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, João. As especificidades da Educação sócio-comunitária rumo à democracia. *Revista Ciências da Educação*. Aparecida, Unisal, n. 14, p. 29 – 58, 1º sem. 2006.

SANTOS, A. N. N. D. *Antropologia Cultural: base epistemológica da Terapia Comunitária*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia*

Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SILVA, J. M. (org.). *Educação comunitária: estudos e propostas*. 1ª ed. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial: 1996.

SILVA, R., NETO, C. S., MOURA, R. A. (orgs.) *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

TAVARES, J. *A resiliência na sociedade emergente*. In: _____ (org) *Resiliência e Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, C. A. e col. *Educação, Poder e Biografia Pessoal: diálogos com educadores críticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000, p. 19-34.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2005.

VIEIRA, R. C. F. *Grupo da mama – Tecendo s harmonia entre a dor, a perda e a morte*. In: GRANDESSO, M.; BARRETO, M. R. (org.) *Terapia Comunitária: Tecendo Redes para a Transformação Social, Saúde, Educação e Políticas Públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana*. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKY, H. *Resiliência: conceitos afins e considerações críticas*. In: TAVARES, J. (org) *Resiliência e Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.